



DIÁRIO da Assembleia da República

VII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1995-1996)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
João Cerveira Corregedor da Fonseca
José Ernesto Figueira dos Reis

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 20 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias relativo à retoma de mandato de um Deputado do PSD e de outro do CDS-PP e à substituição de Deputados do PS e do PSD.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos projectos de lei n.os 33 a 42/VII.

Nos termos do n.º 1 do artigo 245.º do Regimento, teve lugar um debate sobre assunto de relevante interesse

nacional, centrado na preparação do próximo Conselho Europeu (deliberação n.º 10-PL/95), tendo usado da palavra, a diverso título, além do Sr. Primeira-Ministro (António Guterres), os Srs. Deputados Fernando Nogueira (PSD), Carlos Zorrinho (PS), Octávio Teixeira (PCP), Paulo Portas (CDS-PP), Heloísa Apolónia (Os Verdes), Francisco Torres (PSD), Acácio Barreiros (PS), Luís Sá (PCP), Jorge Ferreira (CDS-PP), Isabel Castro (Os Verdes), Raimundo Narciso (PS), Carlos Encarnação (PSD), Eurico Figueiredo (PS), Lino de Carvalho (PCP), Nuno Abecasis (CDS-PP) e Medeiros Ferreira (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 19 horas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros.
Adérito Joaquim Ferro Pires.
Agostinho Marques Moleiro.
Aires Manuel Jacinto de Carvalho.
Alberto de Sousa Martins.
Albino Gonçalves da Costa.
António Alves Marques Júnior.
António Alves Martinho.
António Bento da Silva Galamba.
António de Almeida Santos.
António Fernandes da Silva Braga.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
António Jorge Mammerickx da Trindade.
António José Gavino Paixão.
António José Guimarães Fernandes Dias.
Arnaldo Augusto Homem Rebelo.
Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes.
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.
Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja.
Carlos Alberto Dias dos Santos.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Manuel Amândio.
Carlos Manuel Luís.
Claudio Ramos Monteiro.
Domingos Fernandes Cordeiro.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Elisa Maria Ramos Damião.
Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo.
Fernando Alberto Pereira de Sousa.
Fernando Alberto Pereira Marques.
Fernando Antão de Oliveira Ramos.
Fernando Garcia dos Santos.
Fernando Manuel de Jesus.
Fernando Pereira Serrasqueiro.
Francisco Fernando Osório Gomes.
Francisco José Pinto Camilo.
Francisco Manuel Pepino Fonenga.
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho.
João Carlos da Costa Ferreira da Silva.
João Pedro da Silva Correia.
João Rui Gaspar de Almeida.
Joaquim Moreira Raposo.
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida.
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.
Joel Maria da Silva Ferro.
Jorge Lacão Costa.
Jorge Manuel Damas Martins Rato.
Jorge Manuel Fernandes Valente.
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro.
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão.
José Alberto Cardoso Marques.
José António Ribeiro Mendes.
José Carlos Correia Mota de Andrade.
José Carlos da Cruz Lavrador.
José Carlos das Dores Zorrinho.
José Carlos Lourenço Tavares Pereira.

José da Conceição Saraiva.
José de Matos Leitão.
José Ernesto Figueira dos Reis.
José Fernando Rabaça Barradas e Silva.
José Manuel de Medeiros Ferreira.
José Manuel Niza Antunes Mendes.
José Manuel Oliveira de Sousa Peixoto.
José Manuel Santos de Magalhães.
José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão.
José Pinto Simões.
Julio Manuel de Castro Lopes Faria.
Laurentino José Monteiro Castro Dias.
Leonor Coutinho Pereira dos Santos.
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Luís Pedro de Carvalho Martins.
Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro.
Manuel Francisco dos Santos Valente.
Manuel Jorge Pedrosa Forte de Goes.
Manuel Martinho Pinheiro dos Santos Gonçalves.
Manuel Porfírio Vargas.
Maria Amélia Macedo Antunes.
Maria Celeste Lopes da Silva Correia.
Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha.
Maria do Carmo de Jesus Amado Sequeira.
Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos.
Maria do Rosario Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro.
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa.
Maria Helena do Rego da Costa Salerna Roseta.
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino.
Maria Jesuína Carrilho Bernardo.
Mario Manuel Videira Lopes.
Martim Afonso Pacheco Gracias.
Nelson Madeira Baltazar.
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes.
Osvaldo Alberto Rosario Sarmento e Castro.
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte.
Paulo Jorge dos Santos Neves.
Pedro Luis da Rocha Baptista.
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge.
Raimundo Pedro Narciso.
Raúl d'Assunção Pimenta Rego.
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz.
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
Rui Manuel Palácio Carretero.
Sergio Carlos Branco Barros e Silva.
Sergio Paulo Mendes de Sousa Pinto.
Victor Brito de Moura.

Partido Social Democrata (PSD):

Adalberto Paulo da Fonseca Mendo.
Alvaro dos Santos Amaro.
Alvaro José Brilhante Laborinho Lúcio.
Alvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto.
Antonino da Silva Antunes.
António Costa Rodrigues.
António de Carvalho Martins.
António Germano Fernandes de Sá e Abreu.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António Jorge de Figueiredo Lopes.
António Moreira Barbosa de Melo.
António Paulo Martins Pereira Coelho.
António Roleira Marinho.
António Soares Gomes.
Arménio dos Santos.

Artur Ryder Torres Pereira.
Bernardino Manuel de Vasconcelos.
Carlos Alberto Pinto.
Carlos Manuel de Sousa Encarnação.
Carlos Manuel Duarte de Oliveira.
Carlos Manuel Marta Gonçalves.
Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho.
Duarte Rogerio Matos Ventura Pacheco.
Edúardo Eugenio Castro de Azevedo Soares.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.
Fernando Santos Pereira.
Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas Bordalo.
Francisco Antunes da Silva.
Francisco Xavier Pablo da Silva Torres.
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.
Hugo José Teixeira Velosa.
Jáime Adalberto Simões Ramos.
João Alvaro Poças Santos.
João Bosco Soares Mota Amaral.
João Calvão da Silva.
João Eduardo Guimarães Moura de Sá.
Joaquim Fernando Nogueira.
Joaquim Manuel Cabrita Neto.
Joaquim Martins Ferreira do Amaral.
Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva.
José Alvaro Machado Pacheco Pereira.
José Augusto Santos da Silva Marques.
José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
José de Almeida Cesário.
José Fortunato Freitas Costa Leite.
José Guilherme Reis Leite.
José Luís Campos Vieira de Castro.
José Manuel Durão Barroso.
José Manuel Nunes Liberato.
José Maria Lopes Silvano.
José Mario de Lemos Damião.
José Mendes Bota.
Lucília Maria Samoreno Ferra.
Luís Fernando de Mira Amaral.
Luís Filipe Menezes Lopes.
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel Alves de Oliveira.
Manuel Filipe Correia de Jesus.
Manuel Maria Moreira.
Maria do Céu Baptista Ramos.
Maria Eduarda de Almeida Azevedo.
Maria Luísa Lourenço Ferreira.
Maria Manuela Dias Ferreira Leite.
Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva.
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.
Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho.
Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.
Pedro Manuel Cruz Roseta.
Roland Lima Lalanda Gonçalves.
Rui Fernando da Silva Rio.
Sergio André da Costa Vieira.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

Alda Maria Antunes Vieira.
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier.

António Carlos Brochado de Sousa Pedras.
Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa.
Jorge Alexandre Silva Ferreira.
Luis Afonso Cortez Rodrigues Queiró.
Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho.
Maria Helena Pereira Nogueira Santo.
Maria Manuela Guedes Outeiro Pereira Moniz.
Nuno Jorge Lopes Correia da Silva.
Nuno Kruz Abecasis.
Paulo Sacadura Cabral Portas.
Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.
António João Rodeia Machado.
Bernardino José Torrão Soares.
Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
João António Gonçalves do Amaral.
João Cerveira Corregedor da Fonseca.
José Fernando Araújo Calçada.
Lino António Marques de Carvalho.
Luis Manuel da Silva Viana de Sá.
Maria Luisa Raimundo Mesquita.
Octávio Augusto Teixeira.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Heloisa Augusta Baião de Brito Apolónia.
Isabel Maria de Almeida e Castro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta de um relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre retoma de mandatos e substituição de Deputados.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o relatório refere-se à retoma de mandato dos Srs. Deputados Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto, do PSD, e Maria Manuela Guedes Outeiro Pereira Moniz, do CDS-PP, a partir do dia 11 de Dezembro corrente, cessando os mandatos, respectivamente, os Srs. Deputados Manuel Joaquim Barata Frexes e Ismael António dos Santos Gomes Pimentel.

O relatório refere-se também à substituição dos Srs. Deputados José Domingos da Ascenção Cabeças e Francisco Manuel Pepino Fonenga, do PS, a partir dos dias 12 e 14 de Dezembro corrente, respectivamente, e António dos Santos Aguiar Gouveia, do PSD, a partir do dia 11 de Dezembro corrente, respectivamente pelos Srs. Deputados Rui Manuel dos Santos Namorado, João Soares Palmeiro Novo e António Soares Gomes.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação o respectivo parecer.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os projectos de lei n.º 33/VII — Criação da freguesia de Moinhos da Gândara (PSD), 34/VII — Elevação de Vila Nova de Foz Côa à categoria de cidade (PSD), 35/VII — Criação da freguesia

de São Pedro de Azevedo, no concelho do Porto (PCP), 36/VII — Elevação da povoação do Carregado, concelho de Alenquer, à categoria de vila (PSD); 37/VII — Alteração ao Código das Expropriações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 438/91, de 9 de Novembro (CDS-PP), 38/VII — Sobre a abolição das portagens em troços de utilização urbana da Área Metropolitana do Porto (PCP), 39/VII — Regulação do modo de constituição dos órgãos da freguesia (PS), 40/VII — Associações representativas dos municípios e das freguesias (PS), 41/VII — Sobre o regime aplicável ao exercício do mandato dos membros das juntas de freguesia (PS), e 42/VII — Atribuições e competências das freguesias (PS). Informo que todos estes diplomas baixaram à 4.ª Comissão, com exceção do projecto de lei n.º 37/VII, que baixou à 1.ª Comissão.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar início ao debate agendado para hoje, que tem lugar nos termos do artigo 245.º, n.º 1, do Regimento da Assembleia da República, sobre assunto de relevante interesse nacional, centrado na preparação do próximo Conselho Europeu.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro (António Guterres): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Iniciamos hoje uma prática salutar, que é a da presença do Primeiro-Ministro em Plenário uma vez por mês — na minha perspectiva, pois estou disponível para outras sugestões por parte da Assembleia — para um debate sobre questões de política geral, que se deseja vivo, aberto e tão informal quanto possível, para uma análise tão profunda e tão objectiva quanto necessário dos problemas nacionais.

Faz todo o sentido que este primeiro debate, a poucos dias do Conselho Europeu de Madrid, seja sobre temática europeia. Tal não invalida, naturalmente, que após esse mesmo Conselho o Governo esteja de novo presente nesta Assembleia para, em Plenário, discutir os aspectos globais de avaliação do último semestre de presidência espanhola, tal como, aliás, consta da legislação aplicável ao acompanhamento, por parte do Parlamento, da acção governativa em matéria de integração europeia.

Não preciso de vos dizer que sou um europeísta convicto, o que, neste momento, passa por ser também um europeísta lúcido. E a pior coisa que poderíamos fazer seria fechar os olhos à realidade e, sobretudo, ter aquilo a que já alguém chamou de optimismo dos imbecis em matéria europeia.

Há hoje — temos de reconhecê-lo — um mal-estar europeu, que decorre de problemas económicos e sociais graves, no âmbito da Europa, e a que também não é estranho o facto de não haver um projecto político claro e uma liderança política europeia forte capazes de mobilizar e entusiasmar as opiniões públicas da generalidade dos países da União.

Se olharmos para o que se está a passar em França — sem querer entrar nos aspectos de política interna francesa, que são totalmente estranhos ao interesse deste debate —, penso que devemos reflectir com seriedade no facto de, porventura pela primeira vez, haver uma reacção popular organizada e de grande dimensão, a qual, para além de muitos outros aspectos, também ser seguramente motivada pelas consequências de um processo de globalização das economias, para o qual muitos dos sectores europeus, nomeadamente nos países mais débeis da Europa, têm dificuldades de preparação, e pelo facto de não ter sido possível até hoje concertar no plano europeu um conjunto de políticas económicas, abrangendo a totalidade dos Estados

e a própria União, com vista a um relançamento sustentado da economia europeia e a uma redução significativa do desemprego à escala do continente.

Não podemos fechar os olhos a esta realidade, porque fazê-lo seria, do meu ponto de vista e face ao desenvolvimento da União Europeia, empurrar-nos para opções e lógicas difficilmente compatíveis com o êxito que todos desejamos a esse mesmo projecto.

Este é, portanto, um momento de incerteza na Europa, mas é nesses momentos que é importante afirmar convicções. Por isso, quero aproveitar esta oportunidade para reiterar duas convicções profundas que tenho, que são partilhadas pelo Governo e, estou certo, pela maioria relativa parlamentar que o apoia.

A primeira convicção é a de que o Mundo precisa de uma Europa forte, o que significa uma União Europeia forte, unida e solidária, como factor de reequilíbrio indispensável para evitar uma hegemonia mundial de uma só potência e com a capacidade de competir com êxito no quadro em que hoje se afirmam três grandes zonas na competição económica global: a Europa Ocidental, a América do Norte e a zona do Pacífico, liderada pelo Japão.

A segunda convicção é a de que Portugal tem uma palavra decisiva a dizer na construção e afirmação dessa Europa forte e, sobretudo, de que Portugal não deve correr o risco de se deixar marginalizar e de se remeter para um papel periférico na construção europeia, o qual, inevitavelmente, o conduziria não apenas a uma subalternização política mas também a situações de agravamento dos problemas económicos e sociais do nosso país, porventura com consequências difíceis de medir.

Ter estas convicções e reafirmá-las implica analisar as razões do mal-estar europeu e procurar contribuir para lhes dar resposta.

Em primeiro lugar, não está nas nossas mãos evitar o processo de globalização da economia internacional. Porventura, mesmo que estivesse, não seria desejável fazê-lo, uma vez que essa globalização também traz consigo inúmeros benefícios à escala económica e social em todo o mundo.

Mas, não estando nas nossas mãos inverter o processo de globalização da economia mundial, não podemos deixar de reconhecer que estamos relativamente debilitados para enfrentar esse processo, pois a estratégia de desenvolvimento passada do País baseou-se muito na lógica de que poderíamos ser o país de mão-de-obra barata de um mercado europeu fechado, mas o mercado europeu não é nem será mais — não tenhamos ilusões — fechado.

Isso significa que a questão central para as nossas opções políticas no futuro está na qualificação das pessoas, na qualidade das organizações, seja da Administração Pública, seja das empresas, e na capacidade de concertar estratégias para minorar os custos dessa globalização e para aproveitar as oportunidades que ela traz consigo. Aí, ressalta uma evidência, desde logo: se o mercado europeu se abre, se será cada vez mais difícil competir nele, importa decisivamente explorar todas as oportunidades que à actividade económica nacional se abram fora do contexto do mercado europeu. Falo, naturalmente, dos países de língua portuguesa — o Brasil e os países africanos —, e do contexto da própria economia globalizada, que, sendo uma ameaça, é também uma oportunidade para a acção das nossas empresas.

Aplausos do PS.

Mas combater, nesse aspecto, o mal-estar europeu, face a uma economia mundial que se globaliza, é ter uma voz

activa dentro da Europa, na defesa de uma vocação que não seja a de uma Europa fechada sobre si própria ou, o que seria ainda pior, unicamente obcecada pelos problemas do Leste europeu. É do interesse nacional que a nossa voz se faça ouvir, no sentido de que a Europa assuma a sua vocação atlântica, a sua vocação mediterrânea e a sua vocação pioneira no diálogo Norte/Sul.

Vocação atlântica que tem, com certeza, a ver com as relações com os Estados Unidos da América e com o Canadá, mas que tem também a ver com o sul do Atlântico. E gostaria de sublinhar, com particular agravo e com particular importância, a assinatura, que vai ser feita este fim de semana, do Acordo-Quadro Inter-Regional entre a União Europeia e o Mercosul, de que faz parte o Brasil, que abrirá oportunidades extremamente importantes ao nosso próprio desenvolvimento económico.

Vocação mediterrânea que deve ser encarada numa dupla perspectiva. Primeiro, a abertura da Europa no quadro do Mediterrâneo trará problemas a algumas das nossas actividades económicas e afi devemos lutar, de forma firme e determinada, na defesa dos nossos interesses no quadro das negociações que irão decorrer, mas não podemos esquecer que o Norte de África é, hoje, uma bomba de retardador gravíssima na instabilidade possível e na ameaça à paz mundial e que as condições económicas e sociais que aí prevalecem são, porventura, o melhor aliado do fundamentalismo islâmico e que nele estará porventura, a maior ameaça à nossa própria segurança, bem como à dos países da Europa do sul. Por isso o desenvolvimento da cooperação económica e de segurança, no quadro da bacia do Mediterrâneo, pondo-nos problemas concretos em alguns sectores de actividade económica, é um interesse estratégico vital do País, que não podemos esquecer; depois, o papel pioneiro no diálogo Norte/Sul, que a Europa já teve, que importa que retome e que nos permitirá, assumindo-o integralmente também pela nossa parte no quadro europeu, ter um outro papel e uma outra acção, e, porventura, acesso a um outro volume de recursos, nomeadamente na relação privilegiada que nos importa ter com os países africanos de expressão oficial portuguesa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Neste contexto de combate ao mal-estar europeu, não podemos também esquecer os problemas económicos e sociais internos da Europa. E não esquecer os problemas económicos e sociais internos da Europa obriga-nos, no quadro europeu, a empreender, simultaneamente, várias batalhas e não apenas uma.

Sou defensor da União Económica e Monetária; sou defensor da adesão de Portugal à moeda única nos prazos previstos pelo Tratado. Mas considero que importa que os países europeus, no seu conjunto, compreendam que o processo de criação da moeda única pode e deve ser acompanhado por uma estratégia concertada das políticas económicas nacionais e da União para o relançamento sustentado da economia europeia e para a criação do emprego.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É uma iniciativa que hoje não pode ser tomada à escala de um só país. Relançar isoladamente uma economia, sobretudo em contra-ciclo, é, manifestamente, um suicídio. Mas o mercado europeu tem uma dimensão suficiente e o volume de trocas comerciais, tendo lugar, no essencial, no interior desse mercado, permite à Europa

correr um risco mínimo e, portanto, poder exercer em conjunto uma coordenação das suas políticas económicas, no sentido do relançamento sustentado do crescimento e da criação de postos de trabalho. E a voz do Governo de Portugal — diria a voz de Portugal na Europa — deve ser uma voz permanentemente associada à necessidade de chamar a atenção para a urgência desta coordenação de políticas com este objectivo.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Muito bem!

O Orador: — Coordenação de políticas económicas visando o relançamento, mas também afirmação do princípio da coesão económica e social. E está em causa para nós a questão vital do financiamento comunitário pós-1999. Se quiserem: está em causa para nós a questão do chamado pacote Santer I.

É, do meu ponto de vista, indispensável, no quadro de uma moeda única, que, de duas uma: ou exista um federalismo fiscal suficientemente amplo para que se processem os mecanismos automáticos de correcção dos desequilíbrios de desenvolvimento ou existam, em alternativa, transferências significativas de recursos das zonas mais ricas para as mais pobres da União.

Aplausos do PS.

Não sendo previsível, a curto prazo, a existência de orçamentos comunitários com uma dimensão relativa tal que se possa falar de verdadeiro federalismo fiscal, a questão decisiva que se nos vai pôr, porventura um dos combates decisivos que se nos vai pôr nos próximos anos, tem a ver com a negociação do pacote de financiamento global a partir de 1999, com a manutenção de regras de coesão entre o norte e o sul da Europa, para além do esforço que deve ser feito com o alargamento e não em vez do esforço que deve ser feito com o alargamento.

É nesta óptica que devemos enfrentar quer a Conferência Intergovernamental que aí vem, para a eventual alteração do Tratado de Roma, quer o alargamento da União Europeia.

Em primeiro lugar, passo a referir-me à Conferência Intergovernamental. Portugal não pode limitar-se a ter, neste domínio, uma posição recuada e defensiva, no sentido da salvaguarda de aspectos de interesse próprio em matérias de simples natureza institucional. Portugal deve ter uma posição ofensiva, no sentido de que a Conferência discuta e de que o Tratado acolha, sendo deseável um consenso para isso, não apenas matérias de natureza institucional mas também as matérias que se prendem com a coesão, com o emprego, com os direitos sociais e com os direitos de cidadania, particularmente importantes de sublinhar, sobretudo na perspectiva do alargamento. Esta é, em meu entender, uma questão muito importante. Agora, ela não pode também evitar que Portugal acautele os seus interesses nas questões institucionais que irão ser discutidas.

Nessa matéria, gostaria de dizer que, em relação ao I Pilar, a estratégia do Governo português é a de que devemos tomar posições na linha daquelas que foram afirmadas pelo Parlamento Europeu, nomeadamente no que diz respeito à defesa da igualdade entre os Estados no plano da rotação das presidências; da presença dos comissários, um por país; no que diz respeito à ponderação dos votos em Conselho, não permitindo criar um directório dos países grandes; e no que diz respeito à defesa da nossa própria língua.

Em matéria de política externa e de segurança comum, a nossa posição deve ser no sentido de que ela continue a

ser matéria intergovernamental, embora, nas áreas sujeitas a unanimidade, se deva permitir o princípio da abstenção positiva, que faz com que um Estado aceite que os outros sigam uma determinada política comum, em que ele próprio não participe.

Já no III Pilar, que diz respeito às questões que se prendem com a administração interna e com a justiça, entendo que Portugal deve estar aberto à chamada comunitarização de matérias, como o combate ao terrorismo, ao tráfico de droga, à criminalidade organizada, às questões de imigração e asilo, onde há manifesta ineficácia no quadro europeu, nomeadamente para combater os *gangs* internacionais.

Aplausos do PS.

É neste quadro também que faz sentido olhar para o alargamento. Em relação a isso, gostaria de manifestar com clareza dois aspectos da posição do Governo: o primeiro, uma afirmação política inequívoca a favor do alargamento, porque a União Europeia, na altura as Comunidades Europeias, foi um elemento decisivo da consolidação democrática em Portugal, por isso não podemos negar esse direito a outros países europeus; o segundo, é o de que o alargamento terá de ser encarado com o realismo e com as cautelas com que a nossa própria integração foi encarada no quadro europeu. E é bom lembrar que Portugal pediu a sua adesão à União Europeia em 1976 e só muito recentemente terminou o último período de transição.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Muito bem!

O Orador: — Qualquer decisão irrealista e quaisquer perspectivas irresponsáveis de excessivo optimismo em relação aos ritmos e às condições do alargamento serão, em nossa opinião, fatais ao normal desenvolvimento da União.

É neste quadro estratégico que encaramos o Conselho Europeu de Madrid. E devo dizer-vos que não é um Conselho estruturante da construção europeia nem irá discutir matérias profundamente inovadoras. A ordem de trabalhos tem essencialmente a ver com a passagem à III Fase da União Económica e Monetária, mas vista muito na perspectiva da criação das condições técnicas para essa mesma III Fase. Devo dizer-vos que, em minha opinião, a estratégia fundamental que o Governo português deve defender é a da clarificação das situações, para terminar com ambiguidades que prejudicam a confiança indispensável ao processo normal de criação da moeda única.

Segundo ponto: o combate à fraude. Somos a favor do combate à fraude, mas não aceitamos a insinuação de que esta seja uma questão relevante apenas nas economias do sul da Europa. O combate à fraude é uma questão geral da União Europeia, e é nessa base que terá de ser discutida.

Aplausos do PS.

Terceiro ponto: a assinatura do Acordo-Quadro Inter-Regional com a MERCOSUL. Não creio ser necessário voltar a sublinhar a sua importância.

Quarto ponto: o emprego. A aprovação conjunta, pela primeira vez, de um relatório dos Ministros das Finanças e dos Assuntos Sociais e da Comissão permite ter, finalmente, alguma esperança, no sentido de um empenhamento político sério da União Europeia em matéria de combate ao desemprego. E a valorização deste ponto tem de ser uma questão estratégica fundamental para Portugal e para o Governo português.

Quinto ponto: Conferência Intergovernamental. Não é de prever que, em Madrid, se entre no detalhe da Conferê-

ncia Intergovernamental. O Conselho de Madrid limitar-se-á a convocar a Conferência, porventura a definir o seu prazo e o seu âmbito de actuação. A nossa estratégia deve ser compatível com a que há pouco defini para Portugal, em matéria da Conferência.

Sexto ponto: a subsidiariedade. Sejamos claros: se por subsidiariedade se entende que o que pode ser resolvido mais perto do cidadão não deve ser desenvolvido mais longe, que não tem de haver excesso de burocracia em regulamentação comunitária e que mais competências podem ser deixadas aos Estados nacionais, estamos de acordo; se por subsidiariedade se entende renacionalização de políticas comuns, sobretudo em benefício das economias mais fortes, estamos contra, pois entendemos que essa hipotética subsidiariedade é negativa.

Sétimo ponto: questões de política externa. Em princípio, a mais relevante terá a ver com a Bósnia e a preocupação fundamental será diminuir a quota de recursos que a própria Europa está a suportar, e tenderá a suportar, se nada se fizer, na reconstrução da Bósnia, chamando conjuntamente a atenção para a necessidade de idênticas responsabilidades serem assumidas por outros espaços económicos a nível mundial.

Depois, dois pequenos pontos, em que é objectivo do Governo português que seja aprovada a jurisdição do Tribunal de Justiça no âmbito da Convenção EUROPOL e de que se desenvolva uma acção comum contra a xenofobia e o racismo, incluindo a criação de um observatório europeu — e haverá aí que vencer as resistências de um Estado membro.

Finalmente, um último ponto: a reunião de trabalho com os países candidatos ao alargamento. Nesta cimeira de Madrid não é provável que se avance em matérias determinantes e, provavelmente, estabelecer-se-á apenas que as negociações já previstas com Malta e Chipre, para seis meses depois da Conferência Intergovernamental, se poderão vir, naturalmente, a alargar a outros países do Centro e Leste da Europa.

Estes os pontos que vão ser discutidos em Madrid.

Não é, como vos disse, um Conselho estruturante. Importa, no entanto, que a nossa participação em Madrid seja vista à luz da estratégia global que temos de afirmação no quadro europeu e que, muito sinteticamente, procurei resumir. E importa, sobretudo, que este Plenário, que este Parlamento, nas suas comissões, e que os Deputados, no exercício das suas funções, discutam hoje e sempre em profundidade estes temas, porque eles estão no centro das nossas preocupações, estão no centro das oportunidades e das dificuldades para o nosso desenvolvimento e para o bem-estar do nosso povo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a documentar a importância deste debate, encontram-se entre nós o Sr. Embaixador da Alemanha, o Sr. Ministro Conselheiro da Embaixada da Suécia, o Sr. Conselheiro Político da Embaixada dos Estados Unidos da América e um Sr. Conselheiro da Embaixada da Inglaterra.

Inscreram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr. Primeiro-Ministro, os Srs. Deputados Fernando Nogueira, Carlos Zorrinho, Octávio Teixeira, Paulo Portas, Heloísa Apolónia, Francisco Torres, Acácio Barreiros, Luís Sá, Jorge Ferreira, Isabel Castro, Carlos Encarnação, Raimundo Narciso, Linó de Carvalho, Eurico Figueiredo e Medeiros Ferreira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Nogueira.

O Sr. Fernando Nogueira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, começo por afirmar que, dada a configuração para este debate decidida na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, naturalmente que, na qualidade de presidente do grupo parlamentar do maior partido da oposição, não irei limitar-me a proceder à formulação de pedidos de esclarecimento pois acho ser meu dever também produzir afirmações sobre aquilo que a minha bancada e o meu partido pensam a propósito das reformas institucionais europeias, da Europa e do futuro de Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em vésperas da realização de um Conselho Europeu em que o pensamento daqueles que lá estiverem não recairá sobre a agenda formal da reunião mas antes sobre a Conferência Intergovernamental que se lhe sucederá, naturalmente que é nossa obrigação colocar aqui as questões relevantes para a reforma das instituições cunitárias e talvez valha a pena, Sr. Presidente e Srs. Deputados, lembrar um debate que ocorreu há 18 anos nesta Câmara, em que Francisco Sá Carneiro, também ele presidente do PSD e do grupo parlamentar a que pertenço, estando na oposição, não teve qualquer hesitação em votar favoravelmente a proposta do Primeiro-Ministro de então, o Dr. Mário Soares, de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.

Merece a pena lembrar aqui alguns excertos da intervenção do Dr. Francisco Sá Carneiro. Disse ele na altura o seguinte, que passo a citar: «Sustentamos desde Novembro de 1974, data da aprovação do nosso programa, que a integração de Portugal na Europa era possível e desejável e era o futuro do caminho do progresso e da democracia portuguesa. Sustentamos também que não basta olhar para a Europa com os olhos do Mercado Comum, mas sim com o pensamento numa verdadeira Comunidade, favorecendo mesmo a institucionalização de órgãos supranacionais».

Mais adiante disse Sá Carneiro: «Trata-se de uma opção histórica, não de um recurso e um meio circunstancial para salvação económica».

E disse ainda: «Encontramo-nos, ao fim de cinco séculos, connosco próprios, com o nosso território europeu. Encaminhando-nos para a Europa, correspondemos ao nosso destino histórico».

É útil esta citação porque, por um lado, atesta a coerência de um partido que no governo ou na oposição não faz concessões a malabarismos táticos que possam afetar os desígnios estratégicos nacionais e também porque pode ajudar a silenciar as vozes oportunistas daqueles que, com crescente despudor, para defenderem modelos e projectos antagónicos aos por nós protagonizados, evocam o espírito de Sá Carneiro violentando a sua memória e desvirtuando o seu pensamento.

Aplausos do PSD.

Sá Carneiro sempre defendeu «Portugal na Europa» (é sua a expressão) quando outros diziam «a Europa connosco» porque, para ele — como para nós —, se bem que Portugal não se esgote na Europa, a europeização de Portugal é condição para que continuemos a ter uma posição relevante no mundo da lusofonia e da portugalidade.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Deputados, a Europa, no actual contexto mundial, atravessa um período histórico crucial, em que a essência dos elementos consti-

tutivos da sua identidade é confrontada com poderosos desafios exteriores e interiores. O que se exige hoje aos governos europeus não se pode resumir a uma estratégia defensiva de adaptação passiva às condições com que o destino ou outros Estados os confrontem. Portugal tem de ter simultaneamente uma linha política interna clara, que conduza a reformas profundas no nosso sistema económico e social, e uma ideia, um projecto próprio, sobre o que deseja como modelo europeu.

O PSD demonstrou ao longo de 10 anos que o País era capaz de se modernizar na frente interna e actuar de forma prestigiante na frente externa. Em 1995, reflectindo a experiência de nove anos de adesão, o PSD apresentou um programa eleitoral aos portugueses que reflecte as nossas posições quanto ao futuro da União Europeia e à participação de Portugal no seu centro de decisão. Vimos hoje aqui reafirmar essas posições e questionar o Governo sobre o que pensa propor e, sobretudo, como pensa enfrentar os grandes desafios civilizacionais e de sociedade com que a Europa se depara.

Fazêmo-lo preocupados, Sr. Primeiro-Ministro, pois o curto período decorrido desde a tomada de posse do seu Governo não nos deu nenhuma garantia quanto à adopção de uma linha consistente e coerente na condução da representação externa do Estado e da sua relação com as políticas internas.

Se não vejamos: a nível da condução dos negócios correntes, não concordamos com o simplismo altissonante como o Governo tem procurado defender os interesses de Portugal. Declarações bombásticas para consumo interno são muitas vezes lesivas da defesa das nossas posições à mesa das negociações e nos *fora* próprios.

Aplausos do PSD.

Portugal sempre defendeu os seus interesses jogando com inteligência no equilíbrio de poderes entre as três instituições europeias, Conselho, Comissão e Parlamento. Nestes dois meses o Governo hostilizou a Comissão personalizando *dossiers*, ignorou o Parlamento Europeu e isolamo-nos no Conselho Europeu.

Não é por aqui que passa a afirmação de um País que soube granjear o respeito e a admiração que lhe valeram trunfos negociais importantes em momentos decisivos. Lembro a duplicação dos fundos estruturais, a criação do PEDIP, a defesa da indústria têxtil, o processo de paz em Angola ou a solidariedade com Timor.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sobre Timor, deixe-me que lhe diga, Sr. Primeiro-Ministro, que os lamentáveis acontecimentos ocorridos na Embaixada da Holanda em Jacarta evidenciaram mais uma vez — e já são vezes demais — que a política externa portuguesa está à deriva....

Protestos do PS.

... sem um tom certo, com oscilações e variações de comportamentos e atitudes que revelam desorientação, e sem que surjam sinais de que se sabe distinguir o essencial do acessório.

Aplausos do PSD.

Voltando à Europa, concorda ou não, Sr. Primeiro-Ministro, que num cenário externo cada vez mais imprevisí-

vel, com uma população envelhecida e receosa, com forças sociais à defesa de equilíbrios ultrapassados, a Europa só conseguirá sobreviver se, num sobressalto de vitalidade, encontrar coragem e flexibilidade e compreender que sem um novo dinamismo e uma nova agilidade não voltará a ser competitiva?

Concorda ou não, Sr. Primeiro-Ministro, que há que encontrar novos estados de equilíbrio em que os valores essenciais do modelo civilizacional europeu se mantenham, adaptando-se aos novos enquadramentos geo-estratégicos, tecnológicos e demográficos? Se a Europa falhar não é só o projecto europeu que sucumbirá. Cada um dos países que a integram, a começar por Portugal, ver-se-á arrastado inexoravelmente para uma espiral proteccionista de rivalidade intra-europeia, anunciadora do declínio colectivo.

É neste quadro que importa perguntar-lhe, Sr. Primeiro-Ministro: que tem feito o actual Governo neste momento de viragem das condições económico-sociais mundiais para a adaptação do País às novas realidades e à reforma das instituições e das políticas europeias? Nada — seria uma resposta pouco severa, pois implicaria a simples passividade. Bem sei — e não o esqueço — que governam há pouco tempo, mas é do pouco que se faz muito, Sr. Primeiro-Ministro...

Risos do PS.

... e, infelizmente, os últimos dois meses foram marcados pelo pior tipo de facilitismo em que se acabam com as portagens e as propinas, se aumentam as transferências para as autarquias e se propõem períodos de férias alargados, sem que, em contrapartida, se vislumbre qualquer atitude ou proposta de reforma da segurança social ou o esforço do Governo a concentrar-se na consciencialização colectiva das limitações do Estado e da necessidade de reformas que garantam a competitividade colectiva da economia.

Aplausos do PSD.

Concorda ou não comigo, Sr. Primeiro-Ministro, que todas estas atitudes podem dar à sociedade sinais contrários àqueles que é necessário dar e que, por isso, podem pôr em causa aquilo que é fundamental, ou seja, que Portugal se prepare — mas de verdade — com solidez para ganhar o seu futuro.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, em nome do meu grupo parlamentar, não é tempo apenas de colocar questões, é também o momento certo de fazer as nossas próprias afirmações sobre a reforma das instituições comunitárias.

Pensamos que, tal como o Sr. Primeiro-Ministro referiu na sua intervenção, o actual modelo institucional, concebido para uma Europa a seis ou a doze, é já manifestamente inadequado para a actual União a 15 membros e impraticável para uma União a 20 ou mais membros. Assim, importa proceder a uma revisão do Tratado em ordem a que as instituições possam responder com eficácia aos grandes desafios políticos, económicos, sociais, ambientais e culturais que se colocam no início do terceiro milénio.

Defendemos uma revisão gradualista e não maximalista, sem perda dos princípios fundamentais, designadamente do princípio da igualdade dos Estados, porque a construção europeia é de Estados, e do princípio da solidariedade.

Queremos uma Europa comunitária, isto é, solidária, não uma Europa federal ou confederal. A Europa que estamos a construir é um caminho novo e diferente, uma experiência inédita. Mas não aceitamos, Sr. Primeiro-Ministro — e apoia-lo-emos nesse desígnio —, uma Europa com um «nú-

cleo duro» formado por cooptação de um qualquer diretório reservado aos Estados mais ricos e populosos nem aceitamos que a estes Estados seja conferido maior poder decisório relativo, nomeadamente a nível do Conselho.

Aplausos do PSD.

O Sr. Primeiro-Ministro já hoje aqui manifestou ser contra aquilo que alguns pretendem, ou seja substituir o critério actualmente existente de ponderação de votos pelo critério em função da população. Congratulamo-nos com o facto, mas preste atenção, Sr. Primeiro-Ministro: veja se o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros também é da mesma opinião.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Concorda ou não, Sr. Primeiro-Ministro, que o papel predominante do Conselho sobre a Comissão deve ser reforçado e que a presidência rotativa semestral daquela instituição deve ser mantida a todo o custo, custe o que custar?

Outra questão controversa, Sr. Primeiro-Ministro, muito do agrado de alguns adversários da Europa, que não é o caso de V. Ex.a, prende-se com a exigência do alargamento do elenco das decisões do Conselho por unanimidade. V. Ex.a já aqui expressou o reconhecimento de que alguma concessão tem de haver aqui porque, em qualquer caso, sempre haverá lugar ao direito de voto, que poderemos usar quando as decisões forem contrárias aos nossos interesses.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Agora é possível!

O Orador: — Quanto à Comissão Europeia, Sr. Primeiro-Ministro, qual é o seu entendimento? Pensa que deve continuar a integrar membros de todos os Estados? V. Ex.a já disse que sim. Mas defende também que os grandes Estados devem deixar de ter dois Comissários e passarem apenas a ter um, para que os novos Estados membros tenham acesso à Comissão e para que ela não se alargue de uma forma que torne impraticável o seu funcionamento?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro, acha V. Ex.a que deve haver um alargamento ponderado dos poderes de decisão do Parlamento Europeu com o Conselho e de emissão de parecer conforme? A esta matéria V. Ex.a não se referiu, pelo que gostaria de colher a sua opinião.

Considera ou não, Sr. Primeiro-Ministro, que se devia ponderar a possibilidade de conceder aos parlamentos nacionais a faculdade de apresentarem, em certas condições, recursos de anulação junto do Tribunal de Justiça contra actos da União, nomeadamente dos que considerem atentatórios ao princípio da subsidiariedade? Convirá, Sr. Primeiro-Ministro, que o Parlamento e o País fiquem a conhecer por antecipação a posição de V. Ex.a.

Quanto aos princípios gerais inscritos no Tratado, em nossa opinião, devemos defender, em sede de revisão do mesmo, o reforço da referência ao respeito pelas identidades nacionais e, tal como V. Ex.a protagonizou, a manutenção do regime linguístico vigente nas instituições da União, protegendo assim a nossa língua pátria.

Por outro lado, as referências à coesão económica e social devem ou não ser reforçadas, nomeadamente através da integração no Tratado do essencial do Protocolo anexo e da Declaração sobre as regiões ultraperiféricas?

Defende ou não, Sr. Primeiro-Ministro, que a revisão do Tratado assegure uma dimensão social que dê resposta à questão do emprego mas não apenas a essa, que V. Ex.a já referiu partilhar, e que também dê o devido relevo às pequenas e médias empresas, enquanto estrutura produtiva mais eficaz na criação de postos de trabalho, sem esquecer as iniciativas locais de desenvolvimento, iniciativa portuguesa que mereceu apoio comunitário?

Entende V. Ex.a, como aqui o referiu — e subscrevemos a sua posição —, que deve caminhar-se com cautela e de acordo com aquilo que forem os interesses nacionais para um processo gradual de comunitarização do chamado terceiro pilar da União Europeia. Não estou aqui, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Deputados, apenas para manifestar discordâncias mas também para subscrever aquilo que consideramos positivo e é defendido pelo Governo neste desígnio estratégico da União Europeia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É ou não claro para o Sr. Primeiro-Ministro que, para Portugal, a consolidação de uma política externa e de defesa comum em nada prejudicará que se prosseguia a nossa vocação específica porque ela não impede que desenvolvamos as nossas próprias relações com os países lusófonos bem como com os Estados com especial incidência de residentes de nacionalidade portuguesa e aos quais nos ligam especiais laços de solidariedade? Para nós é evidente que quanto mais Portugal estiver ancorado na União Europeia maior é a capacidade que assume e lhe é reconhecida no desenvolvimento dessas importantes relações bilaterais. Neste ponto também estamos de acordo.

Partilha ou não V. Ex.a da opinião que, quanto à cidadania europeia, mais do que rever o Tratado, importa fundamentalmente aprofundar os direitos já reconhecidos, designadamente pela criação de uma Carta do Cidadão Europeu que inclua os direitos e princípios fundamentais e que formalize o objectivo da igualdade de oportunidades para todos? Pedimos ao Sr. Primeiro-Ministro que, se concordar, lute por esta ideia e faça consagrar a Carta do Cidadão Europeu no âmbito da próxima revisão do Tratado.

Aplausos do PSD.

Não irei, Sr. Primeiro-Ministro, falar da Convenção Europeia dos Direitos do Homem nem da Convenção da ONU sobre a supressão de todas as formas de discriminação racial porque V. Ex.a já referiu que é também um dos objectivos do Governo a sua inclusão no Tratado e a aplicação desses valores na nossa sociedade, na sociedade europeia.

Bem sei que algumas das questões que coloquei foram já respondidas afirmativamente por V. Ex.a mas outras não e há uma em particular sobre a qual gostaria que V. Ex.a esclarecesse a Câmara, a da União Económica e Monetária, que configura o desafio estratégico mais determinante para o sucesso da União Europeia e para o desenvolvimento e modernização de Portugal.

Esperamos que o Conselho Europeu reforce o empenho na passagem à terceira fase nos prazos e com os critérios de convergência previstos, esclarecendo, embora sem subterfúgios, certas dúvidas de método entretanto surgidas. Devemos ou não, Sr. Primeiro-Ministro, bater-nos para que a decisão de passagem à terceira fase seja tomada com a antecedência mínima em ordem a proporcionar a todos os Estados, logo, a Portugal, o prazo de adaptação mais lon-

go possível, sem prejuízo das datas pré-fixadas para a terceira fase da União Económica e Monetária?

Por nós, o Governo não deve recuar no empenho neste objectivo, embora — deixe que lhe diga — seja manifestamente duvidoso como poderá conciliar as políticas necessárias para o efeito com o cumprimento das promessas que fez durante a campanha eleitoral e que se traduziram, se fossem cumpridas, num agravamento incontrolado do défice, o que é contrário à nossa participação na terceira fase da União Económica e Monetária.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Importa assim que este Governo consiga prosseguir políticas desenvolvidas por governos anteriores no domínio do controlo da inflação, da contenção orçamental, do controlo da dívida pública e estabilidade cambial.

Como referiu Vítor Constâncio recentemente, assim como V. Ex.a também o fez, «com ou sem Maastricht, os critérios de convergência nominal seriam exigidos a Portugal na actual economia global».

Reafirmamos sem rodeios que somos defensores da adopção da moeda única tão depressa quanto possível. Beneficia as economias, as empresas e os cidadãos. Quem não beneficia são os especuladores!

Sr. Primeiro-Ministro, no caso de as suas respostas serem afirmativas, para prosseguir e fazer valer estas referências e princípios, pode o Governo contar com o apoio da nossa bancada e com a expressão pública da nossa concordância. Não nos furtaremos às nossas responsabilidades e consideramos estes domínios entre aqueles em que Governo e oposição têm o dever estrito de cooperar. Assim faremos mas estaremos atentos e não nos deixaremos iludir com boas palavras ou declarações de princípio.

Causa-nos alguma apreensão, por exemplo, o facto de, a par de afirmações repetidas do Sr. Primeiro-Ministro de que Portugal deve integrar já o grupo restrito de países que acederá à terceira fase da União Económica e Monetária, não vermos sempre a mesma convicção em outros membros do Governo, e sobretudo constatarmos que uma coisa é o que se diz e outra bem diferente o que se vai fazendo ou anunciando que vai fazer-se. Quando há declarações citadas pelos órgãos de comunicação social em que o Ministro dos Negócios Estrangeiros admite, por exemplo, que Portugal possa ficar de fora da terceira fase da União Económica e Monetária desde que haja mais fundos compensatórios, admitindo discutir já a ideia dos fundos compensatórios, está a enveredar-se, Sr. Primeiro-Ministro, por uma má via, porque não há fundos que compensem a perda desse objectivo estratégico e não há quem aceite transferi-los se Portugal ficar fora da terceira fase por virtude de derrapagens orçamentais ou incumprimento dos critérios fixados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, se o Governo pensa que Portugal deve aceder desde o primeiro momento à moeda única, como pensa o Governo cumprir os critérios de convergência continuando pela via do facilitismo interno que, a meus olhos, já está detectado?

Sr. Primeiro-Ministro, é meu dever alertá-lo, é minha obrigação referir-lhe que a cedência ao populismo na condução da política externa e ao facilitismo na política interna constituem uma combinação perigosa que relegará Portugal para o pelotão daqueles que se recusam a ver a

gravidade do momento e que, por falta de coragem, preferem o declínio prolongado à acção determinada e à conquista de um futuro melhor.

Pode contar com o nosso apoio crítico mas leal se seguir o bom caminho no projecto europeu para Portugal mas pode ter como certa a nossa denúncia veemente se escolher o caminho errado e sempre que, por acção ou omissão, deixe de fazer o que tem de ser feito a bem de Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, um breve esclarecimento: àqueles que estranharam a possibilidade de conversão de um pedido de esclarecimento numa intervenção, informo que foi este o modelo ontem aprovado na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, tendo sido igualmente marcada uma nova reunião da mesma para a próxima sexta-feira para se aprovar em definitivo o modelo que há-de presidir à execução do cumprimento, pela Assembleia, do dever de acompanhamento da construção da União Europeia nos termos da Lei n.º 20/94. A essa reunião da conferência de líderes juntar-se-ão os membros da Mesa da Comissão de Assuntos Europeus, para o que o Sr. Deputado Medeiros Ferreira fica desde já notificado.

Portanto, provavelmente com perda de vivacidade, hoje assim se fará, mas, de futuro, teremos de cuidar de um modo de regulação desta matéria que garanta a vivacidade do debate.

Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Fernando Nogueira, quão arrependido deve estar de ter trazido já escritos os seus pedidos de esclarecimento ...

Aplausos do PS.

E, arrependido, por duas razões evidentes.

A primeira é porque a esmagadora maioria das perguntas que fez estava, obviamente, respondida na minha intervenção...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E as que, por acaso, não estavam respondidas na minha intervenção estão inteiramente clarificadas no Programa do Governo e nas declarações firmes que este tem feito sobre essa matéria.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Então, o que veio cá fazer?

O Orador: — Srs. Deputados do PSD, pelos vistos, também estão incomodados pelo facto de o Sr. Deputado Fernando Nogueira ter trazido escrita a sua intervenção!

Aplausos do PS.

Porque, Sr. Deputado Fernando Nogueira — permita-me que lhe diga —, a sua intervenção mistura duas coisas: uma concordância substancial relativamente à orientação da política europeia do Governo — o que não admira porque o Partido Socialista, enquanto na oposição, sempre procurou que, em matéria europeia, se forjassem um consenso tão amplo quanto possível na construção da nossa opção

europeia — com uma agressividade formal que, seguramente, se explica por razões de afirmação interna no seu partido, mas que não tem qualquer cabimento no quadro deste debate.

Aplausos do PS.

Porque tenho de ser breve, limito-me a fazer-lhe três observações.

Em primeiro lugar, afirmou que o Governo usa um estilo agressivo em relação à União Europeia, com declarações bombásticas para consumo interno que nos isolam e que hostilizam a Comissão...

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sim, sim, tem-se visto!

O Orador: — Nada mais errado!

Risos do PSD.

O que o Governo se limita a fazer, porventura pela primeira vez, é não ter vergonha de dizer com clareza quais são as posições de Portugal quanto à Europa.

Aplausos do PS.

E isso não nos isola, antes faz-nos granjear o respeito dos outros países europeus e das instituições comunitárias, incluindo a Comissão.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Depois, referiu-se aos primeiros meses do Governo como sendo a contradição da nossa política europeia, tendo chegado a este extremo — isolo uma só questão que é bem sintomática: acusou-nos de não termos preparado uma reforma da segurança social.

Risos do PSD.

Sr. Deputado Fernando Nogueira, 10 anos no governo, nenhuma reforma da segurança social e, ao fim de dois meses, já queria que tivéssemos proposto uma reforma!

Aplausos do PS.

Quanto ao facilitismo, pode estar descansado. A nossa opção pela União Económica e Monetária é clara e a nossa política orçamental será rigorosa, não por causa da moeda única mas porque entendemos que é positivo para o interesse nacional, para libertar fundos para o investimento produtivo e para dar um sinal de estabilidade aos mercados, que é indispensável à própria redução do custo do crédito.

Mas também quero dizer-lhe que o que deve custar-vos, ao fim de uma legislatura em que não cumpriram as vossas promessas, é ver um Governo que, após dois meses, já cumpriu tantos dos compromissos assumidos.

Aplausos do PS.

Risos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Zorrinho.

O Sr. Carlos Zorrinho (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, permita-me que, em nome da bancada do Partido Socialista, saúde a sua presença

nesta Câmara. V. Ex.^a está aqui no estrito cumprimento de um dever, o qual é cumprido apenas pela primeira vez, e isso deve ser assinalado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Permita-me ainda que, antes de questioná-lo — e prometo-lhe que não farei um monólogo —, me possa dirigir ao Sr. Deputado Fernando Nogueira saudando-o pela capacidade de síntese que soube demonstrar nas questões que colocou ao Governo...

Sr. Deputado, gostaria ainda de lhe agradecer...

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Deputado, vire-se para a frente, para a bancada do Governo, não se vire para nós!

O Orador: — Eu pedi licença ao Sr. Primeiro-Ministro para deixar estas duas notas antes de o questionar!

Como dizia, queria ainda agradecer-lhe, Sr. Deputado Fernando Nogueira, por ter demonstrado à sociedade o que todos sabemos, ou seja, que com o pouco que o seu governo deixou já foi possível a este Governo fazer tanto...

Aplausos do PS.

No passado recente, sempre que os representantes do governo português se deslocavam ao Conselho Europeu ocorria aos cidadãos deste país a dúvida legítima sobre se o que era defendido seria o interesse nacional entendido na sua globalidade ou apenas uma visão mitigada e partidária desse interesse. Não é assim agora. E importa assinalar que não se trata de uma diferença de atitude, de método ou de estilo, trata-se, efectivamente, de uma diferença de substância, de uma diferença de estratégia que eu gostaria de assinalar em dois pontos essenciais.

No plano económico, a visão deste Governo parte do social para o financeiro. É evidente que temos de aceitar restrições financeiras, e de uma forma selectiva, mas elas têm uma perspectiva que é a de criar condições para que, a prazo, possam concretizar-se as reformas estruturais no plano social. É, ainda, uma estratégia em que se considera que o verdadeiro plano de estabilidade para a construção europeia é o que passa pela coesão entre os vários países da União Europeia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Percebeu o que eu disse, Sr. Deputado?

O Orador: — Percebi muito bem, Sr. Deputado, e retomo tudo o que disse.

Uma outra linha estratégica fundamental tem a ver com a construção europeia, com a construção de uma Europa dos cidadãos, entendendo que os governos e as administrações são, essencialmente, facilitadoras da livre iniciativa e da livre associação das entidades e dos cidadãos europeus.

Sr. Primeiro-Ministro, é neste quadro de nova estratégia — e digo «nova» para não ser totalmente agressivo para com a bancada do PSD, já que penso que, no passado, não houve estratégia alguma neste tipo de negociação — que gostaria de colocar-lhe duas questões, a primeira das quais tem a ver com o rigor financeiro.

Sr. Primeiro-Ministro, é ou não verdade que o rigor financeiro é uma condição essencial para garantir a compe-

titividade da economia portuguesa, sobretudo num cenário de globalização, como referiu, cenário esse em que a concorrência das nações se desenvola em dois modelos possíveis, por um lado, o de eficácia produtiva, que é tendencialmente deslocalizado, em que o *dumping* social e o *dumping* ambiental têm um peso muito forte e, por outro lado, o modelo de fixação de mercados que passa pela credibilidade financeira? Neste contexto, independentemente de critérios de convergência, é ou não verdade que o rigor financeiro é fundamental e essencial para que a economia portuguesa possa ser competitiva e para que, em consequência, os problemas sociais que decorrem da própria questão da evolução europeia possam ser resolvidos?

A segunda questão também foi focada por V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, mas eu gostaria de tornar a colocá-la. Tem a ver com a importância da Europa no diálogo Norte-Sul, com a importância estratégica, no plano da solidariedade e também no da segurança europeia, de se apoiarem países nos quais existem circunstâncias sociais que são claramente perigosas para o equilíbrio e para a segurança europeia.

Sr. Primeiro-Ministro, coloco-lhe a minha segunda questão no contexto seguinte: efectivamente, as referidas políticas devem ser mantidas, mas o seu impacto na Europa é assimétrico. No que toca aos países do Norte da Europa, para além do efeito-de segurança, criaram-se novas oportunidades de mercado, quanto aos países do Sul da Europa, para além desses factores, existe uma maior pressão competitiva. Assim, pergunto-lhe até que ponto, com este tipo de perspectiva, poderemos considerar lícito exigir contrapartidas económicas e financeiras como compensação pelo impacto assimétrico dessa política europeia.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Zorrinho, perguntou-me se o rigor financeiro é ou não essencial. Respondo-lhe que é.

Quanto ao diálogo Norte-Sul, de que falou em seguida — e penso que se referia em particular aos países da bacia do Mediterrâneo —, devo dizer que, de facto, coloca problemas particularmente graves aos países do Sul da Europa. É natural que, no quadro das relações inter-europeias, esses problemas devam merecer mecanismos de compensação, e por eles nos bateremos. Mas também é verdade que está condenado qualquer modelo que pretenda fazer-nos competir no futuro apenas com base numa mão-de-obra não qualificada, à custa de níveis de sobreexploração dessas mesmas camadas da população com salários extremamente baixos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, bem vistas as coisas, julgo que, em termos de lógica, não deveria ter referido o facto de o Presidente do PSD ter apresentado umas perguntas por escrito, na medida em que foi o Sr. Primeiro-Ministro que o provocou...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É que o Sr. Primeiro-Ministro começou a sua intervenção declarando-se um europeísta convicto e,

logicamente, aquela bancada tinha de ripostar, dizendo «mais convicto sou eu! Europeísmo é comigo!».

Risos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, o facto de ser europeísta não tem mal em si desde que o seu europeísmo seja moderado e mitigado com o que pareceria estar implícito, ou mesmo explícito, nas suas palavras de há pouco, desde que tal não o levasse a fechar os olhos à realidade, porque esta é que é uma questão central neste momento. É que, face ao que tem vindo a ser comunicado em termos da ordem de trabalhos para a cimeira do próximo fim-de-semana, os governos da União Europeia preparam-se para, mais uma vez, fecharem os olhos à realidade, darem mais um passo no sentido da «fuga para a frente», para não terem em conta o mal-estar, cada vez mais visível, dos cidadãos europeus perante o caminho que a União Europeia vem a trilhar. Digo que se trata de «fuga para a frente» porque, pelos vistos, mais uma vez vão estar em discussão questões como a da fixação do momento definitivo da passagem à terceira fase da União Monetária, a da criação da moeda única, a da política monetária comum; vai estar em causa a definição da data na qual será determinado quais os países que podem ou não passar àquela terceira fase, vai estar em causa, afinal, a repetição, a reafirmação do que está na raiz do mal-estar que é vivido pelos cidadãos europeus.

Não se olha — eis a explicação da minha expressão «não olhar para a realidade» — para o facto de as perspectivas de crescimento económico terem vindo a ser revistas sempre em baixa, o que se deve, entre outras razões, à adopção de políticas orçamentais restritivas para atingir os critérios de Maastricht:

Os senhores fogem, igualmente, à realidade quando aceitam com taxas de crescimento da ordem dos 2,5%, escondendo ou escamoteando que taxas com essa ordem de crescimento significam manter o aumento do desemprego; não atentam, como o Sr. Primeiro-Ministro referiu há pouco, ao que se está a viver neste momento, por exemplo, em França ou, em termos mais gerais, ao facto de um qualquer espaço económico ou união não poder assentar sobre os destroços dos direitos sociais e da regressão social.

Aplausos do PCP.

Porque essa é a questão que está na génese dos acontecimentos em França e do mal-estar que se vive na Europa.

O Governo português irá para a cimeira, designadamente o Sr. Primeiro-Ministro, conforme referiu, para defender um crescimento sustentado. Acontece, porém, que há uma incompatibilidade de simultaneidade entre um crescimento sustentado e o avanço para a União Monetária. Essa é a questão central que, mais uma vez, o Governo português não quer ver.

Faço-lhe agora, formalmente, a seguinte pergunta, Sr. Primeiro-Ministro: há poucos dias, o Sr. Ministro das Finanças alemão, no *Bundestag*, afirmou que se congratulava por a política monetária comum ser conduzida a partir de Frankfurt e, portanto, a partir da Alemanha. Certamente, o Sr. Primeiro-Ministro não acredita que o Ministro das Finanças alemão tenha feito esta afirmação pensando apenas na localização física do futuro banco central europeu! Qual é, então, o significado que atribui a esta afirmação?

Mais: vem referenciado no jornal oficial das Comunidades que houve um acolhimento favorável, da parte de todos os Estados membros, ao chamado pacto de estabili-

dade, apresentado pelo Ministro das Finanças alemão, pacto esse que significa, designadamente, que a partir de 1999 o défice orçamental será reduzido para 1%. Qual é a posição que o Governo português vai defender em Madrid sobre esta matéria?

Para terminar, o Sr. Primeiro-Ministro já se declarou «europreocupado»; não sei se continua «europreocupado» ou se está, novamente, «euro-optimista» ou «euro-ofuscado»! De qualquer modo, gostava que nos dissesse quando é que é tempo de parar na fuga para a frente, de olhar para as realidades de Portugal e da União Europeia, de escutar os povos europeus e de repensar esta via da União Europeia sem futuro para os cidadãos europeus.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Octávio Teixeira, ainda o hei-de ver europeísta!

Risos do PS.

Entendamo-nos: há matérias em que discordamos e outras em que concordamos. Vamos clarificar umas e outras.

Discordamos, desde logo, no plano da construção europeia, no sentido em que, do nosso ponto de vista, a moeda única é um elemento integrador que propicia desenvolvimento, estabilidade e progresso económico e social. Mas há um ponto em que concordamos: a moeda única para ter êxito tem de ser acompanhada pela articulação das políticas económicas do conjunto dos países e da União Europeia no sentido do crescimento sustentado, até porque a redução dos défices é muito mais fácil numa lógica de crescimento sustentado do que numa lógica de depressão económica. E, nesse domínio, há aspectos a corrigir nas políticas económicas dos governos europeus e no próprio empenhamento da União Europeia em favor do emprego.

É para nós óbvio que a Europa não se pode construir contra os direitos sociais. Mais: a Europa é hoje a única zona do mundo em que os direitos sociais são garantidos, e aqueles que tentaram outras experiências estão hoje condenados a formas de capitalismo selvagem, em que os direitos sociais foram completamente espezinhados.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Bem lembrado!

O Orador: — Terá dito o Ministro da Economia alemão que, na Europa, a política monetária é conduzida de Frankfurt. Essa é uma constatação de facto, porque enquanto não houver moeda única, a Europa será uma zona-marco!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — O Ministro alemão referia-se ao futuro, à política económica comum!

O Orador: — Todos os economistas o afirmam. É uma evidência! A única forma de combater uma zona-marco na Europa é através da criação de uma moeda única, com a participação de todos os Estados que a integram na definição de uma política monetária comum, porque numa lógica de total liberdade impera, necessariamente, a lei do mais forte.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O pacto de estabilidade não será discutido em Madrid. Somos a favor da estabilidade, mas, a pro-

pósito da apreciação feita na carta do Ministro alemão, foram levantadas muitas reticências em relação a vários dos seus aspectos e parece-nos irrealista pensar que Portugal deva ter défices orçamentais sistemáticos da ordem de 1%.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, queria fazer a seguinte rectificação: a conferência de líderes que anunciei há pouco foi convocada para a próxima terça-feira, às 15 horas e 30 minutos.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao ouvir o Sr. Primeiro-Ministro, ouvimos a testemunha abonatória da moeda única; ao ouvir o Deputado Fernando Nogueira, que parece ser mais líder parlamentar para falar do que para ouvir....

Risos do PS.

... ouvimos o advogado de defesa da Comissão Europeia. Quero, aliás, dizer à bancada do PSD que lamento profundamente o dia que escolheram para vir aqui defender a Comissão Europeia....

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... instituição que, no último mês e na última semana, em particular ontem, tomou atitudes gravosas contra Portugal, o interesse nacional e o interesse dos produtores portugueses. Lamento profundamente, repito, que tenham escolhido este dia para virem aqui defender os comissários e não os interesses de Portugal.

Aplausos do CDS-PP.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, mesmo nas relações com a Comissão Europeia, a diferença é apenas de tom: o governo do PSD não falava alto nem negociava bem; o governo do PS às vezes fala alto e muitas vezes não negoceia bem!

Sr. Primeiro-Ministro, estamos aqui para discutir o Conselho Europeu. É o primeiro em que V. Ex.^a participa e, se me permite, julgo que vai participar numa peça de teatro. Numa peça de teatro em que os primeiros-ministros da Europa dizem o contrário do que pensam, pensam o contrário do que fazem e fazem o contrário do que querem..

O Sr. Primeiro-Ministro sabe que a moeda única não se fará em 1999 e, porém, não o diz; o Sr. Primeiro-Ministro sabe que só há dois países em quinze capazes de cumprir os critérios de convergência e, porém, recusa-se a mudar ou lutar pela mudança dos critérios de convergência; o Sr. Primeiro-Ministro sabe que a Europa está socialmente de rastos e vários governos estão politicamente de joelhos com esta política e, porém, nada faz para a mudar — talvez reze para que esta política falhe por virtude da força de vontade ou circunstância externas.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — De tal maneira o Sr. Primeiro-Ministro vai participar numa peça de teatro que a própria agenda do Conselho Europeu demonstra que a Europa tem hoje o vício de Penelope: faz para desfazer! Dá com uma mão o que tira com a outra: de manhã, os senhores vão ocupar-

se a definir a data da União Económica e Monetária na sua 3.^a fase, ou seja, vão ocupar-se com a maneira mais rápida de aumentar o número de desempregados na Europa e, de tarde, vão aliviar a vossa consciência pelo desemprego que criaram, discutindo vagas medidas e relatórios para combater o desemprego na Europa!

Sr. Primeiro-Ministro, querer União Económica e Monetária e querer emprego é incompatível. Mude a União Económica e Monetária e terá mais emprego!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Mas há aqui uma questão de fundo, porque esta é uma discussão de valores e de convicções, não é uma discussão técnica. Vejamos: o Sr. Primeiro-Ministro acredita numa convergência nominal em quatro anos; nós não acreditamos que seja possível alcançar em tão curto período aquilo que nos separa, em termos de economias reais, por 40 anos de maior atraso e menor desenvolvimento. O Sr. Primeiro-Ministro entende que é importante termos em quatro anos a mesma moeda que um alemão; nós pensamos que o importante é termos, e isso demora tempo a conseguir, o mesmo salário, o mesmo nível de emprego que os alemães e a mesma produtividade das empresas alemãs.

O Sr. Primeiro-Ministro acredita no federalismo monetário e considera que esta é uma discussão técnica, que são questões de detalhe aquelas que se vão discutir, que este é, portanto, um Conselho não estruturante. Mas é tanto ou tão pouco estruturante que vai decidir a data final, a data da condenação! Pelo contrário, nós não somos federalistas, não acreditamos no federalismo monetário e, além do mais, consideramos e desafiamos os federalistas desta Câmara a terem a coragem de perguntar aos portugueses se querem uma só constituição, um só governo, um só presidente e uma só política externa na Europa. Agora não lhes perguntem sobre essa formula invia de chegar ao federalismo que é a moeda!

Os senhores ainda não compreenderam uma coisa: para citar um político europeu, os senhores já aceitaram o «euromarco» e, a seguir, vão aceitar o «euro-bismarck»; os senhores já aceitaram o federalismo monetário e, a seguir, vão aceitar o federalismo político, porque foi para isso que a moeda única se fez, ou seja, para chegar à federação de maneira mais rápida e mais discreta!

Em terceiro lugar, os senhores acreditam na abertura total e indiscriminada de fronteiras. Nós não! Outra vez defendem que o Estado devia ser proprietário e gestor de empresas e terras e enganaram-se; agora vão enganar-se de novo quando defendem que o Estado deve desaparecer das fronteiras. Pelo contrário, nós nunca defendemos o Estado nas empresas nem nas terras, porque o Estado não sabe ser dono nem sabe gerir. Não nos enganámos dessa vez e não nos enganámos agora, Sr. Primeiro-Ministro, quando dizemos que nada nem ninguém pode substituir o Estado na fronteira, porque a fronteira e o Estado inventaram-se para proteger as nações e, neste caso, dentro da União Europeia, somos uma Nação mais pobre e menos desenvolvida, por isso precisamos do Estado e da fronteira para a proteger e compensar os atrasos que temos em termos de tempo, de desenvolvimento e de condições económicas reais das famílias portuguesas.

O Sr. Francisco Torres (PSD): — Como a Albânia!

O Orador: — Não é a Albânia. O senhor é que é um Deputado pelo círculo de Chicago!

Risos.

O Sr. Francisco Torres (PSD): — De Lisboa, Sr. Deputado!

O Orador: — Em todo o caso, VV. Ex.^{as} acreditam no sistema das euroquotas, segundo o qual os trabalhadores querem trabalhar, os pescadores pescar e os agricultores produzir, mas há sempre uma pessoa na Comissão Europeia para distribuir as quotas a favor de uns e contra os outros, que são sempre os mesmos, porque os que ganham são sempre uns e os que perdem são sempre os outros. Infelizmente, o Sr. Primeiro-Ministro não conseguiu alterar essa situação até agora.

Falar não chega, agir é muito mais importante. Em um mês de governo, V. Ex.^a já deitou para o «galheiro» — se me permite a facilidade da expressão — dois sectores produtivos portugueses, um já lá está e o outro vai a caminho, um é das conservas, o outro é o da frota longínqua. É muito em pouco tempo! É muito em pouco tempo, Sr. Primeiro Ministro.

Para terminar, queria dizer-lhe que estas são questões de convicção, mas também de vontade. V. Ex.^a sabe que a mistura entre a União Económica e Monetária e o GATT é geradora de uma profunda fractura social na Europa e nas nações europeias e que com a política da moeda única os impostos não baixam e, portanto, o crescimento não é suficiente; que os empresários não investem e, portanto, a retoma não é consistente; que as famílias não pouparam e não consomem.

O Sr. Primeiro-Ministro sabe que com a política da moeda única todas as previsões económicas de crescimento na União Europeia estão a ser revistas em baixa, que os cenários optimistas falharam e as previsões optimistas eram falsas. Há mesmo países que oficialmente cumpriam a União Económica e Monetária, que eram federalistas cá para fora, mas que já começaram a pedir o adiamento, porque sabem que não conseguem lá chegar. E não é apenas a Inglaterra ou a Dinamarca.

O Sr. Primeiro-Ministro sabe tudo isto, sabe que com esta política económica, no fundo, no fundo, o dinheiro continua a ser caro e o emprego é cada vez mais raro, mas não muda de política. Podia bater-se pela revisão do prazo da União Económica e Monetária, mas não o faz, podia bater-se, sobretudo no âmbito da Conferência Intergovernamental, pela defesa da preferência comunitária, mas não o faz. O Sr. Primeiro-Ministro sabe que tudo isto vai falhar e não muda de política.

A pergunta que lhe faço é muito simples: com que cara é que daqui a um ano virá a esta Câmara dizer que a moeda única não se concretiza ou que Portugal não conseguiu lá chegar? Com que cara é que dirá aos trabalhadores que foram para o desemprego que podiam não ter ido, aos empresários que abriram falência que podiam não ter falido, aos sectores produtivos que foram decapitados que podiam não ter sido decapitados? Com que cara é que explicará mais um ano de sacrifícios, mais um ano de dificuldades não para mobilizar a economia portuguesa no sentido de uma saúde económica real, de uma saúde financeira real, como o Sr. Primeiro-Ministro disse, mas apenas para chegar à moeda única em 1999?

Sr. Primeiro-Ministro, ninguém mobiliza um país para chegar à moeda única e é esse o seu erro, o seu engano. O senhor julga que mobiliza os portugueses, os empresários e a economia para chegar à moeda única mas não mobiliza. Não mobiliza o senhor, como não mobiliza nenhum dos outros 14, a não ser, talvez, o Governo alemão.

Por isso, esta política vai falhar, o senhor vai falhar e vai ter de vir a esta Câmara dizer por que é que falhou. E, nesse dia, pergunto-lhe: o que é que terá a dizer aos Deputados portugueses, se Portugal não entrar na União Económica e Monetária nos prazos previstos ou se ela não se concretizar?

Já agora, perguntarei também ao líder da bancada do PSD...

Vozes do PS: — Não pode!

O Orador: — Estejam descansados que não faço alterações regimentais!

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Não é isso! É que não está cá o destinatário!

O Orador: — Mas é bom que esta pergunta lhes seja feita, porque eles são co-autores desta política.

Com que cara é que o PSD, depois de ter defendido a moeda única, os seus critérios e os seus prazos, virá a esta Câmara dizer que não quer o Orçamento do Estado?

Hoje, o Deputado Fernando Nogueira disse que vai votar a favor do Orçamento do Estado, porque quem é pela moeda única em 1999, quem é pelos critérios de convergência é a favor do Orçamento do Estado que o Sr. Primeiro-Ministro vai apresentar!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Nisso também o aplaudo, Sr. Deputado!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, o Governo não fala alto, fala claro...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... e negoceia bem. É claro que quem não negoceia tem sempre mais facilidade em criticar as negociações que os outros conduzem e poderá sempre exigir o impossível, ficando sempre, por isso mesmo, insatisfeito.

Sei que o Sr. Deputado Paulo Portas tem como estratégia política exigir-nos o impossível, para depois se sentir sempre insatisfeitos, mas essa sua presença e atitude é estimulante.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Bem observado!

O Orador: — Agora, entendamo-nos: não vim aqui defender a redução de despesa pública e de défice orçamental em nome da moeda única.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Ah!

O Orador: — Vim aqui defender essa redução em nome de solidez financeira e de criação de condições de estabilidade aos mercados, para reduzir o custo do crédito e para se poder criar emprego e desenvolver a economia.

Aplausos do PS.

E o que é espantoso não é ouvir o PCP dizer que o rigor orçamental e a redução do défice são negativos para a economia. Isso não é espantoso, é natural, lógico, tem a ver com um pressuposto ideológico de que discordo mas

que respeito. O que é espantoso é ouvir o PP dizer que finanças públicas sólidas, redução do défice orçamental e redução da despesa pública são factores de desemprego e de decréscimo do crescimento económico e são negativos para as economias nacionais.

Aplausos do PS.

Protestos do CDS-PP.

Isso não tem qualquer sentido, não tem qualquer lógica, é, de facto, a sua conversão à bancada do PCP por razões de táctica política compreensíveis.

Risos do PS.

Disse o Sr. Deputado Paulo Portas que o euromarco é a porta para o «eurobismarck». Não faço ao povo alemão a injúria de considerar que ele representa hoje qualquer ameaça para a estabilidade na Europa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Pelo contrário, penso que o povo alemão e o Governo alemão são, hoje, um factor de democracia e estabilidade na Europa.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Louvo o seu optimismo!

O Orador: — Mas também lhe digo, Sr. Deputado, que, se a sua insinuação fosse verdadeira...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Não é insinuação!

O Orador: — ... e a minha convicção estivesse errada, então, a forma mais sólida de evitar o «eurobismarck» seria a transformação do marco no euro, ou seja, a ancoragem pela moeda única da Alemanha no seio da Europa Ocidental é o melhor factor para prevenir receios que não tenho mas que sobressaem, porventura, da sua intervenção, em que terá dito o que não pensava e talvez tenha feito o que não queria, ao contrário do que acontece connosco.

Aplausos do PS.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Disse o que pensava, Sr. Primeiro-Ministro!

O Orador: — Por outro lado, Sr. Deputado Paulo Portas, em Madrid não se vão fixar prazos, os prazos estão fixados. Em Madrid vão apenas definir-se condições técnicas de realização da moeda única nas suas fases de transição. Os prazos, como sabe, estão fixados pelo Tratado. E, em relação a isso, quero dizer-lhe o seguinte, com inteira clareza: defenderemos o interesse português com toda a veemência, em todas as circunstâncias. Mas há um prazo que não gostaríamos de ter para Portugal: aquele que nos transformasse numa periferia de atraso irrecuperável no quadro da União Europeia.

Portugal precisa de um Estado, e eu não sou um federalista, mas entendo que muitos dos aspectos da construção europeia devem continuar a fazer-se com carácter intergovernamental e há passos a desenvolver no sentido da comunitarização. Portugal precisa de um Estado, mas é duvidoso que precise de fronteiras no sentido que as suas palavras revelam.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — São divergências!

O Orador: — Segundo a História de Portugal, Portugal cresceu e afirmou-se sempre quando se abriu ao mundo e ao exterior; Portugal atrasou-se e ficou sempre para trás quando se fechou no quadro das suas fronteiras.

Aplausos do PS.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sempre que Portugal dependeu da Europa, perdeu; sempre que dependeu do Atlântico Norte, ganhou!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, à sua afirmação de que o mundo precisa de uma Europa forte, gostaria de contrapor a ideia de que o mundo precisa de cooperação entre os diversos Estados, no sentido de promover a emancipação e o progresso da humanidade e não de condicionar a independência e a soberania de uns Estados a favor de outros, que é, aliás, o que tem vindo a acontecer com o processo de construção europeia.

Os Verdes têm sido claros na contestação deste processo, bem como da forma como tem sido conduzido em e por Portugal. Os processos que levaram à adesão de Portugal à CEE e à aprovação do Tratado de Maastricht foram formas inequivocas e deliberadas de afastamento da participação dos cidadãos em matérias que têm implicações e que determinam o nosso futuro colectivo.

Por outro lado, a política que o governo do PSD desenvolveu, relativamente à participação de Portugal na construção europeia, demonstrou a forte penalização dos interesses de Portugal.

Assim, pretendemos que o Sr. Primeiro-Ministro diga aqui se, ao participar pela primeira vez num Conselho Europeu, vai assumir uma nova postura relativamente às exigências do reconhecimento do interesse nacional, particularmente das especificidades da economia, da agricultura, da pesca e da indústria portuguesas. E, se vai assumir essa nova postura, em que sentido e como a assumirá? É que não será, com certeza, defendendo a União Económica e Monetária e simultaneamente os direitos sociais, porque a incompatibilidade é grande.

A segunda questão que gostaria de colocar ao Sr. Primeiro-Ministro é a de saber como é que o governo do PS encara os acertos que têm sido feitos entre a França e a Alemanha relativamente à condução do processo de construção europeia, nomeadamente no que diz respeito à alteração da ponderação de votos em função do poder económico e da situação demográfica de cada país, sabendo que Portugal será um dos países membros mais prejudicado e cuja capacidade de decisão, enquanto Estado, ficará definitivamente comprometida.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, serei extremamente breve, porque existe pouco tempo.

Defesa das especificidades portuguesas, sempre, não apenas no Conselho Europeu mas no quotidiano da negociação europeia, compatibilizando a UEM com os direitos sociais, pois não são incompatíveis, importa é que sejam desenvolvidas as políticas económicas e sociais necessárias.

Em relação a iniciativas de outros países que traduzam uma alteração institucional, afirmamos o princípio da igualdade entre os Estados, no quadro dos pontos que enumerei há pouco na minha intervenção.

O Sr. Presidente: — Segue-se no uso da palavra, também para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Francisco Torres.

O Sr. Francisco Torres (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o PSD, como ficou claro nas palavras do Presidente do seu partido e do seu grupo parlamentar, é europeísta. Que ninguém se engane! O PSD é por uma Europa forte e coesa, por uma Europa dos cidadãos, por uma Europa solidária, por uma Europa aberta. Por isso, chocam-nos os comportamentos mais demagógicos a que assistimos, por vezes, nesta Câmara, envergonhamo-nos de frases como a da invocação do espírito cristão contra Marrocos, em acordos particulares ou em sede de negociação, e de negociação permanente.

O Sr. Primeiro-Ministro: — O quê?!

O Orador: — Não é do seu partido, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Pensei que se dirigisse a mim próprio, Sr. Deputado.

O Orador: — Mas, dirigindo-me a si, não deixei de fazer este reparo, porque, mesmo na sede de discussão destas questões, o Ministro dos Negócios Estrangeiros usou de força contra a Comissão, eu diria para popular ver, pois não a usou na Comissão, pelo contrário, através do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, mostrou que haveria até um ligeiro mal-entendido, um ligeiro equívoco. Portanto, essa força foi utilizada internamente, no Parlamento português, e não relativamente à Comissão.

Naturalmente, em matéria europeia, vamos adoptar uma estratégia crítica deste Governo, mas também solidária. Há, hoje em dia, um consenso entre os dois partidos quanto ao que é fundamental em matéria de construção europeia, mas, em todo o caso, julgo que tem havido alguma conversão, por parte do Sr. Primeiro-Ministro e deste Governo, desde os tempos em que eram oposição, a qual é bem-vinda.

O Sr. Primeiro-Ministro declarou agora, e bem, em meu entender, que vamos cumprir os critérios de convergência não apenas para chegarmos à moeda única mas porque são necessários ao desenvolvimento económico sustentado de Portugal.

De facto, sempre defendi que não há, no mundo, caso algum de um país que se tenha desenvolvido de forma sustentada sem uma moeda forte e, portanto, a estabilidade monetária e das instituições é condição necessária ao desenvolvimento económico e social. Não se trata de economicismo, nem de fundamentalismo e, muito menos, do que alguns poderão apelidar como uma abordagem da Escola de Chicago, revelando alguma ignorância sobre estes assuntos. Trata-se, sim, de ter em conta a importância das instituições, para que, de uma vez por todas, os problemas de conjuntura, os problemas macro-económicos sejam arredados das preocupações dos nossos dirigentes políticos e possamos concentrar-nos, isso sim, na pessoa humana, no desenvolvimento das pessoas em Portugal, no desenvolvimento a longo prazo do nosso país.

Será muito difícil atingirmos o desenvolvimento real da Alemanha ou de outros países desenvolvidos da Europa

nos próximos anos, pois isso levará muitos anos, talvez séculos ou talvez nunca lá cheguemos. Em todo o caso, o importante é que caminhemos nessa direcção e que, em termos absolutos, Portugal se torne mais rico, mais solidário e com maior qualidade de vida.

Mas quanto a rigor, Sr. Primeiro-Ministro, devo dizer-lhe que defendemos o rigor e executámo-lo. Na última legislatura, em 1992, Portugal registou um défice orçamental de 3,3% do PIB, com uma taxa de crescimento inferior à estimada para o ano que vem, em 1996. Não sei se o Governo de V. Ex.^a conseguirá fazer melhor, Sr. Primeiro-Ministro, mas desejo-lhe, sinceramente, que consiga reduzir o *deficit*, cumprir as suas promessas e cumprir a aposta de Portugal na moeda única, independentemente da moeda única, como disse o Sr. Primeiro-Ministro.

Por isso, desafio este Governo e o Sr. Primeiro-Ministro a darem um compromisso mais explícito quanto ao cumprimento dos critérios, melhor dizendo, quanto ao cumprimento do rigor orçamental, independentemente do acontecimento da moeda única. Seria bom que este Governo se comprometesse, independentemente de a terceira fase da moeda única ter lugar em 1999, a cumprir os critérios de convergência; quer dizer, mesmo que não haja passagem à terceira fase de nenhum país, Portugal estaria em condições, para não participar na moeda única, dado que ela não teria lugar, de ter um *deficit* orçamental reduzido para deixar libertar o sector privado, para deixar libertar o investimento de longo prazo. De acordo com isso, fiz, nesta Câmara, na presença do Sr. Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, uma proposta clara ao Governo de dar também um outro sinal inequívoco de que está apostado no rigor, de deixar a esta Câmara a perspectiva de longo prazo quanto à política de endividamento público, dando-lhe a prerrogativa de fixar os tectos anuais para as despesas públicas. Seria algo que teria benefícios imediatos, dada a credibilidade que traria, de política de rigor, aos mercados financeiros internacionais.

Sr. Primeiro-Ministro, no seguimento da posição do meu partido, sou pelo reforço da coesão económica e social mas tenho alguma perplexidade quanto a outros esquemas mais próximos, de facto, do federalismo fiscal que têm vindo a lume, que têm surgido, por defensores do seu partido. Sei, por exemplo, que o Dr. Constâncio é muito favorável a um fundo conjuntural e ao federalismo fiscal, tenho discutido com ele muitas vezes esse assunto, mas o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros defendeu mesmo o reforço de verbas conjunturais para países que estariam num mecanismo cambial fora da moeda única.

Sr. Primeiro-Ministro, julgo que qualquer tipo de fundo conjuntural não tem efeitos benéficos para Portugal, necessariamente. Temos de reforçar os fundos estruturais, a coesão económica e social, a aproximação real, através da solidariedade do contribuinte europeu, e não reforçar fundos conjunturais. Em primeiro lugar, eles seriam recusados pelos outros países contribuintes e seriam vistos como uma maneira de escapar ao rigor e à disciplina financeira que se quer com a União Económica e Monetária. Isso daria um sinal negativo aos mercados financeiros porque mostraria que não estamos, de facto, dispostos a levar o rigor a sério e depois não se sabe como seriam utilizados. Sem federalismo político é muito difícil ter federalismo fiscal.

Ora, julgo que é possível uma união monetária na Europa sem federalismo fiscal e sem federalismo político. É necessário reforçar os poderes de alguns órgãos de soberania, nomeadamente dos parlamentos nacionais mas também do Parlamento Europeu, para controlo do Banco Central

Europeu, porque isso não está ainda previsto no Tratado, mas julgo que é possível fazê-lo sem uma contrapartida de federalismo fiscal ou federalismo político. Acho mesmo que esse federalismo fiscal poderia levar à dependência, isso sim, não à moeda única mas a uma política fiscal comum, porque, se estivéssemos dispostos a aceitar fundos conjunturais de outros países, estariamos com certeza dispostos a perder alguma autonomia nessa matéria.

Sr. Primeiro-Ministro, folgo também em ver que V. Ex.^a reconhece a validade do que chamou o princípio da abstenção positiva — tivemos ocasião de defender nesta mesma Câmara, em sede de comissão parlamentar, o princípio da geometria variável positiva, que foi adoptado, aliás, em resolução de uma comissão parlamentar. Parece-me uma mudança também significativa da atitude do PS, agora no Governo: é que o Sr. Primeiro-Ministro falou, e bem, e sempre o disse, reconheço-o, que não devemos apostar num modelo estratégico de mão-de-obra barata, num modelo de um mercado interno fechado — estamos de acordo. E que devíamos apostar numa concertação maior das políticas económicas entre os Estados membros — estamos de acordo.

Mas, na altura, quando era Deputado nesta Câmara e quando se tentou concertar as políticas económicas dos Estados membros com vista a esse objectivo, V. Ex.^a atacou o que chamava a política de elevadas taxas de juro, a política de escudo duro, sabendo bem que nós também estávamos contra isso. V. Ex.^a dá-me o benefício de saber que também sou europeísta convicto, que sempre lutei contra uma política de escudo duro ou de taxas de juro elevadas e que só foi possível acabar com isso com a liberalização dos movimentos de capitais e com a adesão do escudo ao sistema monetário europeu na anterior legislatura. Contudo, V. Ex.^a lutou até ao fim, confundindo um pouco o que era, de facto, a política de escudo duro antes da adesão ao SME e o que era a política de estabilidade cambial.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — E a derrapagem do *deficit*?

O Orador: — A derrapagem do *deficit* tem a ver com outra coisa: foi a mais grave recessão do pós-guerra, Sr. Deputado. E não foi só em Portugal, foi em França, foi em Inglaterra, que teve um *deficit* mais elevado do que o nosso.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Exactamente!

O Orador: — O Sr. Primeiro-Ministro falou na necessidade de defender a nossa posição e da atitude do Governo e do PS em matéria de revisão institucional na Europa, na Conferência de Madrid. Referiu-se à passagem à moeda única como uma mera discussão técnica, de condições técnicas que estavam em causa na discussão da cimeira de Madrid. Devo dizer que, a este respeito, tenho uma visão um pouco diferente. Houve, como sabe, a apresentação de dois relatórios para a passagem à moeda única: um, pela Comissão, em Maio deste ano, e um outro, seis meses mais tarde, todo ele contido no relatório da Comissão, apresentado pelo Instituto Monetário Europeu.

Ora bem, este relatório vem restringir as opções que eram dadas à decisão política pelo relatório da Comissão e, ao restringir essas opções, vai atirar a introdução da moeda única para mais tarde, criando, a meu ver, uma fase de potencial instabilidade financeira na Europa; mas, sobretudo, este relatório do Instituto Monetário Europeu é tomado como um dado por parte dos representantes dos Estados membros.

Julgo que, aí, em vez de estarmos preocupados em bater num anão, que é a Comissão, que, eventualmente, excederá os seus mandatos aqui e acolá, e que é necessário, obviamente, controlar em termos políticos mas que muito defende os países pequenos — e, daí, me parecer que foi um erro estratégico deste Governo bater com a mão na mesa em Portugal e, de certa forma, pedir desculpas em Bruxelas quanto aos procedimentos da Comissão, de uma forma geral, não quanto a uma questão concreta — se deveria ter mais atenção ao que pode ser o *deficit* democrático em matéria monetária e financeira. Isto porque o Instituto Monetário Europeu não tem hoje nenhum mandato para além da apresentação de condições de passagem à terceira fase, e restringiu estas opções.

Ora, é dado aqui como um facto a sua aprovação, agora, na Conferência de Madrid, pelo que gostava de ouvir, a este respeito, a opinião do Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Quero fazer apenas três notas muito breves. Citou 1992, ano em que, aqui, nesta Câmara, se falou do oásis; não é por acaso que não citou 1994, porque depois houve aumento da despesa pública, aumento do *deficit*, aumento do endividamento. É isso que, agora, vamos ter de combater. É verdade que combatemos a valorização excessiva do escudo e pensamos que dessa valorização excessiva no período próprio — estamos a falar da viragem dos anos 80 para os anos 90 — decorreram muitas das consequências nefastas para a economia real. Isso, sim, talvez devesse preocupar mais o Sr. Deputado Paulo Portas.

Quanto à solidariedade europeia entre o Norte e o Sul, é evidente, estamos de acordo, pensamos que ela se pode e deve exprimir sobretudo através dos fundos estruturais. Quanto ao federalismo político, eu não sou federalista, mas há uma coisa que quero dizer-lhe: federalismo político sem federalismo fiscal, isso é que nunca e em circunstância alguma, porque essa é a mais grave das situações. Não pedimos desculpa a nenhuma Comissão, contudo, nem sempre a Comissão defende os interesses dos países pequenos em relação aos grandes; e há até um país grande que não está muito longe de nós e que, às vezes, tende a ver as suas posições também defendidas e, nessas circunstâncias, nós temos de defender os nossos interesses e não os deles, mesmo que os deles sejam suportados pela Comissão.

Este é, com efeito, um debate técnico, sobretudo na medida em que o Conselho de Ministros das Finanças, o ECOFIN, já deixou um número muito limitado de opções em aberto, que têm apenas a ver com o nome, com o momento e o método da verificação e, finalmente, com o carácter de coabitacão entre a moeda única e as moedas nacionais no período em que as paridades já estão fixas. Tudo o resto já foi resolvido, o que sobra para o debate em Madrid é, de facto, reduzido.

Todos os outros pontos da sua intervenção eram dirigidos ao Sr. Deputado Paulo Portas. Sinceramente, não me considero um intérprete fiel do pensamento do Sr. Deputado Paulo Portas para lhe responder condignamente.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para mais um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que comece por me congratular com a forma firme e indignada como o Governo reagiu à atitude das Embaixadas da Holanda e da Rússia na Indonésia, em relação aos refugiados timorenses. E digo isto porque, de facto, foi chocante ver o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros da Holanda dizer que permitiu a saída dos timorenses porque lhe foram dadas garantias pela Indonésia de que não seriam torturados ou perseguidos. Quer dizer, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros da Holanda acreditou na palavra, acreditou na boa-fé de uma ditadura que até já foi condenada pelo próprio parlamento holandês.

Queria também, já que estou a falar neste tema, felicitar o Governo e, muito em particular, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros pela forma como, pela sua actuação, impediu a presença de tropas indonésias na força da NATO que vai intervir na Bósnia. E, para aqueles que têm tido uma atitude crítica em relação à posição do Governo, é bom recordar que isto só foi possível porque Portugal tem, na NATO, uma posição prestigiada de quem está nessa operação de corpo inteiro e não apenas simbolicamente ou simplesmente ausente.

A questão que queria colocar ao Sr. Primeiro-Ministro tem a ver com um aspecto importante que focou, sobre o papel da Europa no mundo e, em particular, sobre o importante acontecimento que vai ser a assinatura do acordo entre a União Europeia e os países do MERCOSUL, nos quais se inclui o Brasil. O Governo definiu com muita clareza, e o Sr. Primeiro-Ministro, logo no seu discurso inicial, teve uma atitude de clareza ao definir a necessidade de desenvolvermos as nossas relações com o Brasil, e não tenho dúvidas de que este acordo vai permitir potenciar o desenvolvimento dessas relações entre Portugal e o Brasil. Isto contraria, aliás, a posição de alguns que entendem que a integração europeia é contraditória com a defesa dos interesses de Portugal noutras regiões do mundo. Pelo contrário, aqui se prova, neste acordo, que a integração europeia potencia a defesa dos interesses portugueses, dá um quadro mais sólido à defesa dos interesses portugueses noutras regiões do mundo, particularmente no que se refere a esta região em que está incluído o Brasil. Aliás, o acordo prevê mesmo a possibilidade de vir a ser criada uma zona franca, que é uma perspectiva profundamente aliciante, sobretudo para nós, que acreditamos que a União Europeia deve desempenhar um papel de defesa da liberdade de comércio e defesa da solidariedade com os países em vias de desenvolvimento.

É curioso até fazer notar que são exactamente as forças políticas que, em Portugal, mais se opõem à integração europeia, que estão constantemente a exigir ao Governo que, na sua acção junto da Comunidade, vá defendendo mais e mais fronteiras, mais e mais barreiras, um maior isolamento da Europa em relação ao mundo. Nós, pelo contrário, orgulhando-nos como nos orgulhamos da nossa cultura universalista, orgulhando-nos como nos orgulhamos dos esforços que estamos a fazer no sentido de criar uma comunidade de países de língua portuguesa, defendemos uma Europa aberta, uma Europa baseada nos princípios da solidariedade, da democracia e da liberdade, que são os fundamentos da sua própria existência.

Sr. Primeiro-Ministro, o que queria perguntar-lhe, sobre o concreto, era se já foram dados alguns passos em relação à concretização de um aprofundamento da nossa política de relações com o Brasil. É claro que, ao fim de mês e meio de Governo, esta pergunta é capaz de pecar por

alguma impaciência mas, conhecendo eu como conheço o Sr. Primeiro-Ministro, sei que, com certeza, partilha da mesma impaciência e da mesma exigência de que sejam dados passos concretos nesse que é um dos aspectos essenciais da nossa política, que é o das relações com o Brasil.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Deputado Acácio Barreiros, agradeço as referências que fez acerca da política do Governo no caso de Timor — não creio, no entanto, que a questão deva ser vista em termos de política do Governo mas sim de política nacional porque Timor é uma causa que nos une a todos e creio que nenhum de nós tem o direito nem nenhum de nós, seguramente, utilizará Timor para efeitos de política interna. Timor é uma bandeira que nos é comum, por Timor lutaremos sempre todos juntos.

A questão do MERCOSUL e da União Europeia torna as relações luso-brasileiras, de uma forma clara, uma prioridade essencial da nossa política externa.

Costumo recordar que no século XVII os portugueses do Brasil, com pouco apoio da metrópole mas enorme coragem, bateram-se para salvaguardar as posições portuguesas face aos holandeses, franceses e, mais tarde, espanhóis no sul do continente.

Creio que o maior crime que poderíamos cometer contra a nossa História seria o de voltar ao Brasil com uma política de intercâmbio económico e cultural pela mão daquelas mesmas potências europeias que soubemos derrotar para assegurar a nossa presença no continente sul-americano.

Posso testemunhar-lhe, Sr. Deputado, que o primeiro convite que recebi para uma deslocação bilateral foi o do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que aceitei. Começámos já a preparar essa visita, estendendo simultaneamente um desafio aos agentes culturais e económicos porque o Brasil tem de constituir mais do que uma prioridade de relacionamento diplomático uma verdadeira estratégia nacional de afirmação no plano não apenas das relações comerciais como também no da cooperação empresarial nos dois mercados e em mercados terceiros, no da intensificação do intercâmbio cultural e da definição de uma estratégia comum para a afirmação e defesa da língua portuguesa no mundo.

Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sá.

O Sr. Luís Sá (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro afirmou que este Conselho Europeu não é estruturante. Ora, os conselhos europeus foram criados exactamente para ser estruturantes, cabendo-lhes a direcção do processo de integração europeia.

Este facto é tanto mais de sublinhar quanto V.Ex.^a diz que há um mal-estar europeu e da parte de um europeísta convicto, que defende que tem de haver uma liderança europeia forte, não deixa de ser interessante conjugar estes dois aspectos. Isto é, ao mesmo tempo afirma que é um europeísta convicto, reconhece que há um mal-estar europeu e diz que o conselho não é estruturante. No fim de contas, Sr. Primeiro-Ministro, isto significa que reconhece que os Chefes de Estado e de Governo e o Conselho Europeu não vão ter capacidade de afirmar, em relação às grandes fontes de mal-estar na Europa, as políticas que respondam a este mal-estar.

Disse também que há uma falta de concertação de políticas para fazer face ao desemprego, com o que não pos-

so estar mais de acordo! Este facto é de salientar porque é de esperar que, no quadro do Conselho Europeu, sejam anunciadas novas medidas, que, de resto, têm sido divulgadas cada meio ano, de seis em seis meses. Lembro-me, designadamente, do Sr. ex-Primeiro-Ministro Cavaco Silva ter afirmado perante o País e esta Câmara que tinha descoberto uma grande mina de ouro, um grande êxito, que tinha tido uma grande receptividade em toda a Europa: as iniciativas locais de emprego. Vimos, naturalmente, o seu resultado... E o nosso receio muito concreto é o de que estejamos, mais uma vez, perante uma situação simultaneamente de mal-estar, como bem ilustram os acontecimentos em França, e de incapacidade. A verdade é que não há concertação de políticas europeias para fazer face ao emprego, mas já a há para provocar desemprego. Creio que é irrecusável, mesmo face ao estudo que a Comissão Europeia encomendou, designadamente a especialistas do Reino Unido, que os critérios de convergência nominal são fonte de desemprego e de recessão económica. Pode, naturalmente, defender-se que este facto é aceitável perante o objectivo da moeda única, o que, obviamente, recusamos porque entendemos que muito mais importante do que este objectivo é caminhar para a convergência real das economias, para o bem-estar, o progresso e igualização das condições de vida e de trabalho e para o desenvolvimento de todos os países.

Um outro aspecto que quero sublinhar da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro é este: fez aqui uma alusão ao segundo e terceiro pilar e uma referência à posição do governo português favorável a comunitarização do terceiro pilar. Isto é, é entendido que as políticas de imigração, de asilo, de combate ao terrorismo e de vistos não podem ser feitas numa base intergovernamental de decisões unânimes mas, sim, através de decisões por maioria. Simultaneamente — e não é por acaso que isto acontece! — é aludido o facto de o Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia fiscalizar a EUROPOL.

A questão que quero colocar é a de saber se em consciência V. Ex.⁴, que, como suponho, está empenhado na defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, considera que o papel do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias em relação a esta matéria, designadamente num quadro de reforço da EUROPOL e das polícias europeias, da política de administração interna e de justiça, vai ser suficiente para garantir que os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos sejam salvaguardados perante uma superpolícia. O problema que está aqui em causa não é o de estar ou não de acordo com o combate ao terrorismo, à alta criminalidade ou à toxicodependência em concertação com todos os países. Concordamos todos com isso, mas os Deputados do PS aplaudiram esta questão sem ter consciência do problema, que não é o de saber se estamos ou não de acordo com este combate mas, sim, o que tem a ver com os meios, a sua fiscalização e com a garantia das liberdades face a este problema.

Sr. Primeiro-Ministro, não deixa também de ser significativo que, tendo sido referido que um dos objectivos deste Conselho Europeu de Madrid era o das medidas concretas de reforço da democracia, da transparência, da simplificação dos processos de decisão comunitária, etc., ele tenha sido, pura e simplesmente, abolido da ordem de trabalhos. E não deixa de ser significativo quando confrontando com outro aspecto: é que se fala, do segundo e terceiro pilar mas não em democracia e transparência, não na criação de um quarto pilar da política social europeia, que pode verdadeiramente fazer face ao mal-estar europeu. Esta política tem sido completamente esquecida, porque, segundo tenho ouvido dizer, o Reino Unido não deixa levantar

essa questão. A verdade é que a União Económica e Monetária é possível, apesar da Dinamarca e do Reino Unido terem uma posição contrária. Há aqui dois critérios: uma política impossível, que não é levada a cabo porque o Reino Unido não deixa, e outra possível, apesar da posição do Reino Unido e da Dinamarca. Creio que é uma dualidade de critérios que é de todo inaceitável!

A última questão que quero colocar-lhe é a de saber se não considera oportuno e necessário, sendo a Holanda um país da Comunidade Europeia e face ao verdadeiro escândalo que foi a aceitação de garantias por parte de uma ditadura de que haverá apenas 24 horas de detenção, que posteriormente não terão lugar perseguições, discriminações e, no fim de contas, toda uma série de atentados contra os direitos dos cidadãos que lutaram contra o Estado da Indonésia, levantar este problema no quadro do Conselho Europeu para que o comportamento da Holanda seja devidamente debatido e criticado pelos seus parceiros europeus e para que o consenso nacional que tem de haver em torno do problema de Timor seja expresso através de uma posição firme em relação ao comportamento daquele país.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, quando afirmei que o Conselho Europeu não era estruturante — e mantendo essa afirmação! — foi no sentido de que ele não irá alterar os aspectos essenciais da construção europeia. Desejaria, no entanto, que, independentemente de não ser estruturante desse ponto de vista, este Conselho fosse uma oportunidade para uma concertação de políticas económicas, que reconheço não existirem em número suficiente no passado em matéria de crescimento e emprego. Em relação a esse ponto, estamos de acordo. Lamento profundamente que assim não seja, até porque isso coloca a Portugal dificuldades evidentes e que o Governo sentirá mais seguramente do que quaisquer outros.

Quanto à comunitarização do terceiro pilar, é necessário reconhecer a enorme ineficácia que tem havido em matéria de combate à criminalidade organizada e ao tráfico de droga em matéria de cooperação europeia. Pensamos que é necessário dar passos no sentido da simplificação dos mecanismos de decisão e da comunitarização, o que terá de ser naturalmente acompanhado por formas de fiscalização que garantam a salvaguarda dos direitos dos cidadãos. Em relação a esse aspecto, temos a mesma orientação e não foi por acaso que tomámos várias iniciativas quanto à fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, embora este seja, naturalmente, um caso de natureza diferente.

Quanto à questão dos direitos sociais, da democracia e transparência, é nosso objectivo fundamental — e por isso falei numa perspectiva ofensiva para as conferências — que esses e outros temas sejam integrados com a devida força no Tratado e espero que a oposição do Reino Unido venha em breve a dissolver-se com uma vitória do Partido Trabalhista nas eleições inglesas.

Vozes do PS: — Muito bem!

Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Ferreira.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, devo reconhecer que quando comecei a

ouvir a sua intervenção, ou seja, quando começou por fazer um diagnóstico do mal-estar que se vive hoje na Europa, fiquei com alguma esperança, mas à medida que o fui ouvindo sobreveio a desilusão! A resposta que tentou dar às razões desse mal-estar crescente que se vive na Europa é, afinal, a mesma que está na sua origem. Isto é, desde que, em 1992, foi aprovado o Tratado da União Europeia e a União Económica e Monetária, com os seus critérios de convergência e prazos, a situação social em todos os países da Europa deteriorou-se! Não é um acaso, Sr. Primeiro-Ministro, e há responsáveis políticos por essa deteriorização do ambiente social nos países europeus, que são aqueles que votaram o Tratado da União Europeia. Recordo, inclusive, que, quando em 1992 o PS votou o tratado, o Sr. Engenheiro era líder do maior partido da oposição e dizia que tinha algumas reservas quanto aos critérios, aos *timings* e ao ritmo da convergência.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — É verdade!

O Orador: — Recordo-me até de o ver fazer várias vezes estas afirmações na televisão! Verificamos que até nisso se aproximou do PSD... Hoje, de facto, o PSD e o PS pensam exactamente o mesmo sobre a política económica portuguesa, que está intrinsecamente dependente dos critérios e prazos dos critérios de convergência. É por isso, tal como já aqui referiu o Sr. Deputado Paulo Portas, que o debate do Orçamento do Estado para 1996 vai perder todo o interesse, na medida em que já sabemos que o PSD não terá outra alternativa senão a de votar a favor e o PS pouco terá a dizer uma vez que o Orçamento não deixará de ter de reflectir essas metas, esses objectivos, que são comuns ao PS e ao PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados do PSD, permitam-me que tenha uma opinião diferente. Somos a favor da Europa, mas acreditamos que é possível outra. Já em 1975 quem não era antifascista era fascista e vice-versa. O mundo não é assim: há outros caminhos, outras hipóteses e, por isso, é que estamos aqui a debater estas questões, coisa que antigamente não era possível fazer, porque raramente tínhamos o privilégio de discutir com o Governo estas matérias importantes para o futuro do nosso país.

Gostava de fazer algumas perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

Este Conselho Europeu pode não ser estruturante mas é decisivo, pois vai marcar o âmbito da Conferência Intergovernamental, que, como V. Ex.^a sabe, não respeita a outra coisa senão aos assuntos que a mesma estará autorizada a discutir para rever o Tratado de Maastricht e, nesse sentido, é um Conselho Europeu muito importante.

Temos algumas dúvidas sobre as quais gostaríamos de obter respostas claras do Governo em relação ao que Portugal vai defender nessa matéria.

Primeira questão: vai ou não o Governo português defender que a União Económica e Monetária deve ser discutida na Conferência Intergovernamental? Sabemos que o Tratado o prospe, mas também que só há dois países que cumprem os critérios de convergência. O Sr. Primeiro-Ministro defende ou não que se deve discutir na Conferência Intergovernamental a União Económica e Monetária?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Boa pergunta!

O Orador: — Sim ou não?

Em segundo lugar, o Sr. Primeiro-Ministro defende o aumento do número de votações por maioria ou a redução do número de votações por maioria qualificada? Sim ou

não? No caso das maiorias qualificadas defende que, além da maioria para a votação ser válida, seja obrigatória a unanimidade dos países interessados nessa decisão, sob pena de invalidade da mesma — por exemplo no caso da palmetta, para além da maioria qualificada para aprovar o acordo com o Canadá, não será de exigir também o acordo unânime da Alemanha, da Espanha e de Portugal, neste caso concreto os três países europeus interessados nesta questão?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — É que isto talvez fosse uma maneira de tentar evitar não só o federalismo das maiorias mas também que países pequenos e mais pobres fossem prejudicados por países que não têm nenhum interesse nestas matérias. Tais países podem prejudicar gravemente, como já o fizeram no passado, os interesses portugueses, neste caso concreto.

Gostava de saber também, Sr. Primeiro-Ministro, se defende ou não a redução dos poderes da Comissão Europeia. Defende que a Comissão Europeia deve continuar a ver as suas propostas alteradas no Conselho de Ministros apenas por unanimidade ou defende antes que a primazia deve ser dos Estados soberanos e que as propostas da Comissão Europeia — que não é nenhum Governo da Europa — devem estar dependentes da vontade e do voto dos Estados soberanos no Conselho de Ministros?

E, aqui, vou também dar um exemplo concreto: se for a Conselho de Ministros, a proposta da Comissão Europeia sobre a repartição da quota de pesca da palmetta entre Portugal e Espanha — que, como sabe, é gravíssima para Portugal — só pode ser derrotada por unanimidade. Isto é grave para Portugal e por isso lhe pergunto se não concorda que deve ser possível alterar as propostas da Comissão Europeia no Conselho de Ministros, no sentido de que não seja necessária unanimidade mas apenas maioria.

Penúltima questão: o Sr. Primeiro-Ministro falou na comunitarização da política de combate à droga. Pergunto-lhe, claramente, se esta comunitarização significa importar o modelo holandês ou espanhol e alargá-lo à Europa.

Pergunto-lhe também, muito claramente, Sr. Primeiro-Ministro, se o Governo português aceitará que, num eventual processo de comunitarização do combate à droga, seja generalizada a despenalização do consumo que hoje vigora, nomeadamente, na Holanda e em Espanha.

Gostaríamos de obter uma resposta clara do Governo e do Sr. Primeiro-Ministro em relação a esta matéria.

Por último, disse V. Ex.^a que não aceitaria a renacionalização de políticas comuns, designadamente se isso revertesse em benefício dos países ricos e eu pergunto-lhe ao contrário: aceitará V. Ex.^a a renacionalização de algumas políticas comuns se isso reverter em benefício dos países pobres?

Refiro outro caso concreto: a política comum de pescas. Concorda V. Ex.^a que seja possível reduzir o âmbito da política comum de pescas — e de outras, eventualmente — às águas da Comunidade Europeia e deixar liberdade aos Estados membros para negociarem com países terceiros?

Pergunto-lhe tudo isto, Sr. Primeiro-Ministro, para sabermos quais são as posições concretas que o Governo português pretende defender na Conferência Intergovernamental para rever o Tratado de Maastricht.

Já que não houve referendo em 1992, já que todos os governos, em 1992, tentaram fazer segredo do Tratado da União Europeia, já que o PS e o PSD, em 1992, não permitiram um referendo em Portugal sobre essa matéria, ao menos,

Sr. Primeiro-Ministro, vou tentar aproveitar essa sua predisposição para o diálogo para, com clareza, informar desde já o País sobre estas questões concretas que lhe coloco.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para responder se assim o entender, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, segredos nenhuns. Aliás, isso viu-se no debate sobre a delicada matéria do envio de tropas para a Bósnia em que, conforme disse no fim o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, só faltou dar o código da cifra.

Sr. Deputado, segredos nenhuns, até porque os segredos, hoje, são «segredos de Polichinelo» e mais vale haver uma política de abertura, de franqueza e de verdade, para que o debate se baseie em informações correctas.

Aplausos do PS e do CDS-PP.

De facto, há um mal-estar europeu. A Europa está doente, há que curá-la ou matá-la. Há quem queira matá-la, mas nós preferimos curá-la.

Aplausos do PS.

Critérios e *timings*: nunca me manifestei contrário aos *timings* e devo dizer que considero que os critérios são matéria de discussão técnica não consensual...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Técnica e política!

O Orador: — Exactamente, técnica e política, não consensual e que poderiam ter sido definidos critérios com naturezas relativamente diferentes. Não é isso o que eu estou agora a discutir! O que entendo — e essa é a política do PS e do seu Governo — é que, neste momento, é útil para Portugal ter uma política de rigor nas finanças públicas, independentemente do carácter específico deste ou daquele critério de convergência.

Quanto ao âmbito da Conferência Intergovernamental e à nossa perspectiva, o mais ampla possível, mais do que discutir a UEM preocupa-nos que se discuta o emprego, os direitos sociais, a cidadania europeia e todos os outros aspectos que tendem a ser subalternizados se vier a triunfar uma perspectiva de circunscrever a conferência aos aspectos meramente institucionais.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Mas a UEM também.

O Orador: — A UEM não está em causa e não vai ser seguramente discutida.

Os Srs. Paulo Portas e Jorge Ferreira (CDS-PP): — Ah!...

O Orador: — Não vai ser seguramente discutida, mas devo dizer-lhe que se os outros pretenderem discuti-la nós não teremos qualquer dificuldade em fazê-lo.

Aumento do número de votações por maioria: somos favoráveis, cautelosamente, ao aumento do número de votações por maioria, excepção feita para um conjunto de matérias, nomeadamente — e para simplificar razões — constitucionais, de alterações de tratados ou relacionadas com questões de defesa, quando um dia vierem a estar em causa. Estas são manifestamente, como várias outras, questões que exigem unanimidade. Maioria para tudo!... Nós

tanto somos a favor da maioria para umas coisas como para outras, e isso responde às duas perguntas que me colocou em matéria de Comissão Europeia.

Agora a questão que me colocou sobre a palmeta é particularmente interessante, porque, desde já, quero dizer-lhe o seguinte: se os armadores portugueses quiserem, Portugal boicotará qualquer decisão europeia em matéria de palmeta e, depois, cada um pescará de acordo com as suas possibilidades.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Está errado, completamente errado.

O Orador: — Estamos disponíveis para assumir essa posição de boicote.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Isso é uma vingança?

O Orador: — Não é uma vingança, é o reconhecimento de uma situação de facto, isto é, a Portugal só poderá pedir-se que impeça uma decisão. Não é exigível que se peça a Portugal que imponha aos outros a sua vontade; pede-se é que negocie com firmeza a obtenção daquilo que interessa verdadeiramente ao nosso país, e o único instrumento de firmeza que temos em certas situações é impedir tal decisão.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Faça é um bom acordo.

O Orador: — Essa é a única arma de que dispomos e, se todos estiverem dispostos, nós utilizá-la-emos. Veremos se estão todos dispostos a que a utilizemos. O que não podem é dizer-nos: não usem a bomba mas bombardeiem. Isso não podem fazer, já que revela uma posição de total fraqueza e quem for negociar nessa posição não terá qualquer hipótese de triunfo.

Tráfico de droga: Sr. Deputado, não está em causa a moldura penal que compete a cada Estado nessas questões!... Está em causa, exclusivamente, a coordenação das acções de combate a um dos flagelos maiores das sociedades modernas, o tráfico de droga, em relação ao qual a Europa é hoje profundamente ineficaz, mas em que tem de passar a ser eficaz.

Aplausos do PS.

Logicamente que somos a favor de tudo o que nos beneficie. Só temos receio que certas interpretações amplas dos conceitos possam, depois, ser utilizadas de uma forma que se vire contra os nossos interesses.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Os outros fizeram-no, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Primeiro Ministro, registei como positiva, a sua afirmação de que para o Governo não há segredos.

Penso que essa é uma questão interessante, tanto mais que ouvi dizer que o Sr. Primeiro-Ministro, quando na segunda-feira recebeu os partidos da oposição, entregou-lhes o Relatório Westendorp, sobre o qual pediu confidencialidade. Registo a evolução, que é positiva.

De qualquer modo, gostaria de colocar uma questão que tem a ver, no fundo, com o âmbito que a Cimeira de Madrid vai atribuir, à Conferência Intergovernamental de 1996.

Sr. Primeiro-Ministro, sendo certo que, no passado, esta foi uma questão que, em nosso entendimento, muito contribui para a imagem negativa que os cidadãos da Europa, e particularmente os de Portugal, têm sobre o processo de construção europeia, gostaria que tornasse claro quais as matérias, em função do que vier a ser definido na Cimeira de Madrid, que assume colocar à opinião pública, referendando a decisão dos portugueses.

Presumo que não sejam todas as matérias, que tal dependerá do que vier a ser definido, mas, de qualquer modo, gostaria que me dissesse, desde já, que matérias julga susceptíveis de serem submetidas ao pronunciamento da opinião pública portuguesa.

Uma segunda questão que gostaria de colocar-lhe — ela já lhe foi colocada, há pouco, por outro Sr. Deputado, mas o Sr. Primeiro-Ministro, por lapso, acabou por não lhe responder — é a de Timor e dos lamentáveis incidentes ocorridos na missão diplomática holandesa, em Jacarta.

Embora registemos como positiva a informação de que a voz de Portugal se fará ouvir nas várias instâncias comunitárias, como a questão de Timor é por demais importante — e o Sr. Primeiro-Ministro fez questão de sublinhá-lo nos primeiros momentos após a sua posse — para o nosso país, presumo que o silêncio de Portugal não irá acontecer nesta cimeira como aconteceu na Cimeira de Lisboa, na altura em que era Ministro dos Negócios Estrangeiros o Dr. João de Deus Pinheiro.

Portanto, a minha questão é a seguinte: afectando este incidente um país membro da União Europeia, o que é que Portugal se propõe fazer, em concreto, na Cimeira de Madrid, no sentido da condenação da atitude de um parceiro comunitário.

Para terminar, eis a terceira questão que gostaria de colocar-lhe: falou-se e fala-se — e, no fundo, esta é a lógica que prevalece em tudo o que tem a ver com o processo de construção europeia — na união política, na união monetária e no relançamento da economia, que, como enfatizou, tem de ser feito através da competitividade e da resistência aos blocos asiático e americano. Portanto, na Europa tem de existir como grande mercado e esse grande mercado só é possível à custa de mão-de-obra barata e da degradação ambiental.

Ora, como não vi essa questão ser colocada pelo Sr. Primeiro-Ministro, gostava de saber como é que compatibiliza a globalização da economia, a criação do mercado, o primado do mercado — e, em função dele, toda a lógica que a Europa tem pela frente — com o equilíbrio ambiental. Como sabe, no nosso país o ambiente tem sido manifestamente prejudicado, com a destruição da agricultura, com a anulação da diversidade e com as múltiplas malfetições, cujos traços são visíveis. Apesar de qualquer um de nós se aperceber delas, eu não vejo como é que compatibiliza essa questão — que, lamentavelmente, não é uma política comunitária nem se prevê que venha a ser —, fundamental ao desenvolvimento e ao bem-estar dos cidadãos, com a globalização dos mercados e com a necessidade de sobreviver. A nós, Os Verdes, parece que essa questão foi excessivamente enfatizada, tendo em conta que, mais do que os mercados, interessa, sobretudo, considerar os cidadãos, o seu bem-estar. Ora, de algum modo, o que se passa em França não é alheio ao facto de estar em causa um património de direitos adquiridos, de que os cidadãos recusam, neste momento, verem-se privados.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Srs. Deputados, devo dizer que, na verdade, não há segredos. O Governo entende, naturalmente, que deve mostrar aos partidos políticos os documentos que recebe com carácter de confidencialidade, para que todo o espectro político deles tome conhecimento. Pensamos que isso é positivo e não vemos que seja incompatível com uma boa prática democrática, pelo contrário.

Quanto a matérias que possam ser abertas ao referendo na sequência do resultado da CIG — e não da Cimeira de Madrid —, a nossa posição, neste momento, é de abertura de espírito. Não temos planos pré-determinados.

Quero também dizer que Timor Leste é uma matéria que abordo sempre que estou em reuniões internacionais e não deixarei de falar dela em Madrid. Não podemos esperar, naturalmente, que uma cimeira onde se resolvem as coisas por consenso condene um dos seus próprios membros, porque, seguramente, esse membro não se condenará a si próprio. Mas não deixarei de aí abordar essa questão.

Quanto ao relançamento da economia, penso que ele pode e deve ser compatibilizado com uma política de aposta no ambiente, pois cada vez mais o ambiente é, para muitos Estados, uma oportunidade, e não um obstáculo, para o desenvolvimento. Creio que é nessa perspectiva que, também nós, teremos de passar a vê-lo.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, informo que o Grupo Parlamentar do PS cedeu 10 minutos do seu tempo ao Governo, de acordo, aliás, com uma previsão ontem feita na Conferência de Representantes dos Grupos Parlamentares.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Raimundo Narciso.

O Sr. Raimundo Narciso (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Esta é a primeira vez que uso da palavra no Plenário e sinto-me, de certo modo, hesitante na observação que desejava fazer mas, em todo o caso, seria contrariar a minha consciência se não a fizesse.

Será que o Sr. Presidente tem algum meio ao seu dispor que, sem ferir susceptibilidades e da forma mais delicada possível, possa lembrar ao Sr. Deputado Fernando Nogueira, líder do principal partido da oposição, que decorre neste Plenário um debate sobre assunto de relevante interesse nacional?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não vejo essa hipótese incluída entre as competências do Presidente da Mesa e gentileza não chega.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sendo assim, ainda antes de formular a pergunta que tenho para o Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de saudar, embora não esteja presente neste momento, o Sr. Deputado Paulo Portas, pela imaginação e fulgor do seu discurso e também pela maneira cáustica como, com alguma propriedade, apelidou o Sr. Primeiro-Ministro de testemunha abonatória da Europa e o Sr. Deputado Fernando Nogueira de advogado da Europa. Todavia, pelo tom e pela substância da sua intervenção, concluiria que o Sr. Deputado Paulo Portas se candidata a ser o algoz da Europa, mas eu sei que não é esse o seu objectivo.

Aliás, nas suas intervenções, que tenho escutado com muita atenção, ele tem procurado dar o seu contributo para uma Europa melhor, embora pretenda, julgo eu, de forma indisfarçável, atingir dois outros objectivos muito claros,

quer na sua intervenção de hoje, quer noutras que tenho tido a oportunidade de observar em reuniões de comissão. Esses objectivos são, por um lado, colocar ao Governo, em relação à Europa, metas tão elevadas que não lhe deixarão nenhuma margem de manobra para ter qualquer vitória, por melhor que seja a sua *performance*, e, por outro — talvez como objectivo prioritário —, colher a simpatia e o apoio das bases menos esclarecidas do PSD para as futuras eleições.

O Sr. Primeiro-Ministro falou, no início do seu discurso, num mal-estar europeu e eu suponho que ele é evidente. Aliás, basta fazer turismo em Paris para se constatar a sua existência. Creio que havia também, naturalmente noutro plano, noutra ordem, um mal-estar português. Felizmente, os portugueses puseram-lhe fim com a escolha do Governo da nova maioria e creio que isso se deveu, fundamentalmente, à preocupação pelas questões sociais manifestada pelo candidato a Primeiro-Ministro, entre elas o emprego — enfim, todas aquelas medidas que lhe deram a vitória e a que o Sr. Deputado Fernando Nogueira chama a política do facilitismo, se bem que me pareça que ele não entendeu bem o significado dos últimos resultados eleitorais.

Quanto a mim, o mal-estar europeu resulta exactamente dos graves problemas sociais de várias ordens que atravessam a Europa, entre os quais o problema do desemprego, que poderá vir a ser, tal como o Sr. Primeiro-Ministro salientou a propósito da bacia do Mediterrâneo, se não se encontrarem medidas para lhe pôr cobro, uma «bomba de relógio» potencial no interior da União Europeia.

Estou certo, por aquilo que disse o Sr. Primeiro-Ministro na intervenção que aqui nos trouxe, que Portugal e o seu Governo será uma voz da linha da frente dos países europeus lutando por uma Europa dos cidadãos, por uma Europa social, por uma Europa onde os portugueses que o elegeram se reverão tanto quanto na política interna.

No entanto, a minha pergunta tem pressupostos que gostaria de enunciar. Suponho que, nas circunstâncias actuais, a melhor solução para Portugal é cumprir os critérios de convergência, é fazer o possível por estarmos entre os países que vão aderir à União Económica e Monetária; porém, esses objectivos, a par de vantagens, trazem-nos também sacrifícios e o perigo de termos mais desemprego. Por isso, parece-me de grande importância a busca de medidas que contrariem os aspectos negativos do cumprimento desses mesmos critérios de convergência.

Assim, a primeira pergunta que, concretamente lhe, queria fazer ...

Pausa.

... Estou um pouco atrapalhado com os papéis que aqui tenho porque, depois do que aconteceu com o Sr. Deputado Fernando Nogueira, pus de lado o discurso e fiz uns rascunhos ...

Risos.

De qualquer modo e apesar de as questões terem sido quase todas respondidas com a sua primeira intervenção, tenho ainda duas questões que queria colocar ao Sr. Primeiro-Ministro, sendo a primeira a seguinte: como procurará o Sr. Primeiro-Ministro que o Conselho Europeu, em Madrid e depois de Madrid, se empenhe em medidas concretas contra o desemprego com pelo menos tanto empenho como temos visto na pretensão de cumprimento dos critérios de convergência nos prazos estipulados? Em se-

gundo lugar, o Sr. Primeiro-Ministro e o Governo consideram provável obter, de facto, novos apoios comunitários que compensem e equilibrem dificuldades que o cumprimento dos critérios de convergência não deixará de nos criar?

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Carlos Encarnação pediu a palavra para que efecto?

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, para uma curtíssima interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, queria dar conhecimento a V. Ex.^a que o Sr. Deputado Fernando Nogueira esteve aqui homenageando o Governo, na veste de Presidente do Partido Social Democrata e de Presidente do Grupo Parlamentar do PSD. Nessa qualidade, fez uma intervenção de fundo sobre matéria europeia, formulou questões ao Sr. Primeiro-Ministro e foi respondido. Certamente, teve muita pena de não ter estado aqui mais tempo, mas para ouvir o Sr. Deputado Raimundo Narciso, francamente, fez bem em não estar, pois não perdeu nada.

Aplausos do PSD.

Vozes do PS: — Não apoiado.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a Câmara fica informada porque ouviu directamente a sua interpelação e a Mesa não tem de complementá-la.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para compensar, tive muito gosto em ouvir o Sr. Deputado Raimundo Narciso, como terei muito gosto em ouvir qualquer dos Srs. Deputados da bancada do PSD.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado Raimundo Narciso, a questão que coloca é difícil e, porventura, esperá-la-ia mais de uma bancada da oposição do que da bancada de apoio ao Governo. De facto, devo dizer-lhe com clareza, não estou satisfeito com a política europeia em matéria de emprego, pois considero que a Europa não faz o esforço suficiente, que a coordenação entre os governos europeus não é suficiente, que a acção dos bancos centrais nem sempre ajuda no sentido de a Europa ter uma política de emprego global, coordenada e concertada, mais eficaz. Não estou satisfeito e lutarei em todas as instâncias onde puder fazer ouvir a minha voz no sentido de se modificar essa política na linha daquilo que penso ser desejável para a Europa.

Aliás, também penso que uma política de relançamento sustentado da economia europeia ajudaria à criação de condições de convergência e tornaria mais fácil a redução dos défices orçamentais, como parece óbvio. Assim, penso que há coisas a corrigir nas políticas económicas de vários Estados europeus que são determinantes para o funcionamento da economia europeia muito mais do que, infelizmente, o é a de um país com a dimensão do nosso, que, esse sim, não tem meios para, com políticas de contraciclo, inverter a situação à escala do continente.

Ora, isto quer dizer que a nossa participação na construção europeia é uma participação que passa também por um combate político quotidiano, que temos de assumir, no

sentido de a Europa ser uma Europa mais social, uma Europa mais ligada às pessoas e uma Europa menos obcecada apenas com questões de natureza monetária e financeira. É evidente que isso é verdade, subscrevo essa preocupação e continuarei a lutar com a mesma determinação com que tenho lutado para que assim seja.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra ao Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Gostaria, em primeiro lugar, de preocurar o Sr. Primeiro-Ministro, a quem tenho uma grande honra em formular questões sobre estas matérias, porque aquilo que disse o Sr. Deputado Paulo Portas sobre o orçamento para 1996 não é verdade.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Ah, vão votar a favor?!

O Orador: — O PSD, como é evidente, vai analisar o orçamento, a forma como ele está construído, a forma como a receita e a despesa são apresentadas e, depois, em consciência, votará contra, a favor ou abster-se-á, conforme entender necessário na altura própria.

É evidente que o Sr. Deputado Paulo Portas não é o intérprete verdadeiro daquilo que nós fazemos, nem seria nunca a pessoa indicada para, em antecipação, dizer aquilo que vamos fazer.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E gostaria também, de certa maneira, de recordar aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro aqui disse em 1990, aludindo a algumas intervenções do CDS-PP sobre esta matéria e às intervenções do Sr. Primeiro-Ministro de então.

Concretamente em relação à União Económica e Monetária, o Sr. Primeiro-Ministro disse, em 1990, neste Parlamento, o seguinte: «Vejamos agora a questão objectivamente premente da participação de Portugal na União Económica e Monetária e da integração do escudo no mecanismo de câmbios do sistema monetário europeu. Está em causa uma opção política fundamental, Portugal não pode arriscar-se a que, por hesitações da vontade política ou por contradições de orientação económica, se tome demasiadamente tarde este comboio».

Faço a justiça de reconhecer que o Sr. Primeiro-Ministro, embora com algumas alterações de percurso mais hábeis, mais fugazes, porventura, vem agora, no substancial, dizer mais ou menos a mesma coisa. No entanto, aquilo que nos preocupa é o que se passa no interior do seu Governo e o que decorrerá ou não do conflito que dentro do seu Governo se pratica.

Risos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, dentro do seu Governo há, nitidamente, duas linhas, uma do Ministro Coelho e outra do Ministro Sousa Franco. O Ministro Coelho não é propriamente um exemplo do rigor, mas da permissividade....

Protestos do PS.

... enquanto o Ministro Sousa Franco é um exemplo do rigor. E nós, em relação à União Económica e Monetária, assistimos como que a um desafio dentro do seu Governo, de que V. Ex.^a terá de ser o árbitro, e esse desafio é dramático para todos nós porque sempre que o Ministro

Coelho avança e tenta «marcar um golo», dizendo «não há portagens», ou sempre que o Ministro Jorge...

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Coelho!

O Orador: — Exactamente, o Sr. Ministro Coelho...

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Exactamente, Sr. Deputado Carlos.

O Orador: — Encarnação!

Risos gerais.

Dizia eu que sempre que o Ministro Jorge Coelho avança e tenta «marcar um golo», dizendo «não há portagens», o Ministro Sousa Franco tem de fazer uma outra declaração qualquer, dizendo: «alto aí, isto não pode ser assim, isto é uma pouca vergonha, isto é demais, as pessoas estão a tomar a nuvem por Juno, não pode ser».

Da mesma maneira, quando um outro Secretário de Estado vem dizer «vamos aumentar, e bem, os funcionários públicos», logo a seguir o Ministro Sousa Franco vem dizer «calma aí, isto não pode ser assim, temos de nos conter porque não podemos estar a fazer aumentos inusitados em relação à função pública».

É esta incerteza permanente, com a qual V. Ex.^a certamente se sentirá muito preocupado, que nos traz também preocupados. Se é certo que não duvidamos da sua vontade de acertar e de que V. Ex.^a será um homem empenhado...

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Vocês é que deixaram o País empenhado!

O Orador: — ... — empenhado, digo bem, no sentido próprio do termo — em levar a bom termo os critérios da União Económica e Monetária, o facto é que V. Ex.^a corre gravíssimos perigos em relação a pessoas que falam mais depressa do que pensam e acabam por dizer coisas que podem comprometer a si e ao seu Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, estamos também preocupados pelo seguinte: V. Ex.^a agora é Primeiro-Ministro, V. Ex.^a agora não é líder da oposição.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Coisas da vida!

Vozes do PS: — Ah! Já percebeu! Tardou, mas percebeu!

Risos do PS.

O Orador: — V. Ex.^a já teve oportunidade de dizer, até em entrevistas, que percebia agora os problemas de ser Primeiro-Ministro: já não tinha vida para casa, já não tinha vida para a família, a sua vida era um tormento contínuo. Compreendo perfeitamente que o Sr. Primeiro-Ministro, agora, tenha mudado de posição perante a vida, perante as exigências que lhe são feitas continuamente, mas entre estas e os vários problemas que se lhe criam, V. Ex.^a agora está perante um problema concreto, que é este Conselho Europeu.

Mas, como eu estava a dizer, o Sr. Primeiro-Ministro está perante o problema do Conselho Europeu, acatado sempre pelo Sr. Deputado Paulo Portas, que nunca lhe dá tréguas, e está com uma responsabilidade grande. O Sr. Primeiro-Ministro diz: «Eu defendo a coesão social, a coesão económica, defendo o emprego». Mas depois, Sr. Primeiro-Ministro, verifica que, nas discussões que têm havido

entre as pessoas que representam governos, há países que dizem «muitos de nós pensam que o acordo social deve fazer parte do direito da União» e há países que acreditam que isto só serviria para reduzir a competitividade. Então, o Sr. Primeiro-Ministro depara-se com a seguinte situação: muitos daqueles países querem que o Tratado contenha um claro cometimento na consecução da coesão social e na integração económica para promover o emprego, e outros aconselham a que não se criem expectativas e que tais consequências se criariam na base de decisões tomadas ao nível do Estado da empresa.

Ora, é com esta conflitualidade latente de posições que o Sr. Primeiro-Ministro vai ter de se haver. E o Sr. Primeiro-Ministro, animado certamente das melhores intenções, vai agora, que é Primeiro-Ministro e tem o poder de negociar e de intervir activamente nos Conselhos, dizer de sua justiça e qual destas posições vai vencer, e certamente que V. Ex.^a se incluirá na posição mais conforme aos direitos sociais. Quererá isto dizer que a sua posição vai vencer, Sr. Primeiro-Ministro? Eu gostaria que assim fosse, mas, todavia, V. Ex.^a terá de ter a humildade de compreender que nem sempre aquilo que quer é susceptível de ser conseguido.

O mesmo problema se coloca quando V. Ex.^a diz que negocia e, respondendo ao Sr. Deputado Paulo Portas, que este lhe pede sempre o impossível, como em Maio de 68: «sejamos realista, vejamos razoáveis, peçamos o impossível». Diz V. Ex.^a que é isto o que o Sr. Deputado Paulo Portas lhe pede, porque V. Ex.^a vem à Assembleia para a ouvir sobre estas questões, tem uma atitude patriótica por parte desta Assembleia...

Protestos do PS.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Mota Amaral.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Encarnação, solicito-lhe que abrevie as suas considerações, porque o tempo reservado à bancada do PSD já se esgotou.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, deixe-o falar à vontade! Por nós, pode falar à vontade!

O Orador: — Sr. Presidente, disponho de mais dois minutos, cedidos amavelmente pela bancada do PS.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Isso é um critério de convergência!

O Orador: — Estava eu a dizer que V. Ex.^a terá o poder de negociar e verá que, muitas vezes, nem sempre aquilo que gostaria que fizesse vencimento o vai fazer. Inclusive, porque isto se prende também com questões institucionais, algumas das quais já lhe foram colocadas e outras que eu gostaria de lhe colocar.

Sr. Primeiro-Ministro, em relação à questão da presidência, V. Ex.^a concorda ou não com a presidência rotativa? Acha que ela é ou não limitadora dos direitos dos pequenos Estados? V. Ex.^a entende que a ligação com os parlamentos nacionais deve ou não ser uma questão essencial? O aumento dos poderes dos parlamentos nacionais, na formulação da legislação europeia, deve ou não ser essencial?

Devo dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que há outras matérias em relação às quais também gostaria de o ouvir, mas, em respostas parciais, já V. Ex.^a satisfez algumas das perguntas que gostaria de lhe formular, quer em relação aos

poderes da Comissão, quer em relação às matérias que devem ou não ser votadas por unanimidade.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro — e terminarei brevemente, Sr. Presidente —...

Vozes do PS: — Mais dois minutos?!

O Orador: — ... isto depende também de medidas concretas.

Por exemplo, em relação ao pacote Delors II, V. Ex.^a com certeza que conhece que há bloqueamentos burocráticos que estão a ser feitos a esse pacote. Já tomou V. Ex.^a alguma providência? Tenciona levantar esta matéria? Tenciona, ou não, formular as negociações necessárias para a continuação do pacote Delors II?

Por último, Sr. Primeiro-Ministro, e com esta questão concluirrei,...

Risos do PS.

...V. Ex.^a acha, ou não, que a questão de Timor é uma questão de política externa europeia? Esta é uma matéria essencial e da sua resposta dependerá, inclusive, a força com que V. Ex.^a se apresenta no próximo Conselho para tentar levantar esta questão.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Carlos Encarnação fez várias citações do Sr. Deputado Paulo Portas. Estou particularmente à-vontade para dizer — porque já tive vários conflitos, até sérios, com o Sr. Deputado Paulo Portas — que há algo que reconheço nele: ele ataca de frente.

Risos do PS.

Não faço ao Sr. Deputado a injúria de dizer que ataca de trás, mas reconheçamos que ataca de lado.

Aplausos do PSD.

Risos.

Devo dizer-lhe que o Governo está unido em relação à política económica e social, mas há nele uma grave divergência de opiniões. Há os que entendem que o Partido Social Democrata será capaz, nos momentos decisivos da construção europeia, de respeitar o consenso europeu que o PS nunca quebrou e há os que entendem que o PSD é um caso perdido e que, nesses momentos, fraquejará, em defesa do interesse partidário a curto prazo.

Aplausos do PS.

O orçamento do Estado dirá qual destas duas alas do Governo tem razão na apreciação que fazem acerca do PSD.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Vou gostar de ver isso!

O Orador: — Nós temos posições sobre os direitos sociais e a coesão e outros têm posições contrárias. Vai haver coisas em que vamos ganhar e vai haver coisas em que vamos perder. E aí há uma diferença fundamental entre este Governo e o anterior: este Governo diz quais as matérias pelas quais se vai bater, e com isso tornará claros os casos em que perderá batalhas, ao passo que o

Governo anterior nunca dizia por que é que se batia e, por isso, saía de todas as reuniões internacionais com a tese mirífica de que contava por vitórias todos os jogos disputados,...

Vozes do PS e do Deputado do CDS-PP Paulo Portas: — Muito bem!

O Orador: — ... porque, como não dava informação sobre aquilo que queria, depois colava-se ao consenso final, mesmo quando era derrotado, e vinha embandeirar em arco com as vitórias que eram dos outros.

Aplausos do PS e do Deputado do CDS-PP Paulo Portas.

Nós vamos aceitar que algumas vezes perderemos, mas o dever do guerreiro não é ganhar a guerra, é lutar até ao fim, quando está convencido da sua razão.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Pergunta-me se concordo com as presidências rotativas. Com certeza! Recordo-lhe, aliás, que os Deputados socialistas portugueses ao Parlamento Europeu tiveram um papel decisivo no sentido de consagrar este e outros princípios no relatório. E estávamos na oposição! E já na oposição defendímos estas questões vitais, ajudando o Governo, que na altura andava um pouco distraído nesta matéria.

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Muito bem!

O Orador: — Fala-me no reforço dos poderes dos parlamentos nacionais. O Sr. Deputado, hoje, deve estar a corar de vergonha ao falar de parlamentos nacionais.

Risos do PS.

Depois de tudo quanto foi feito pelo governo anterior para afastar da sede parlamentar o debate decisivo sobre as questões europeias,...

Aplausos do PS.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — É verdade!

O Orador: — ... vem o Sr. Deputado perguntar-me, a mim, se queremos ou não reforçar os poderes dos parlamentos nacionais?

Referiu os boicotes aos fundos. Na verdade, houve-os por parte do governo português. Até 15 de Outubro, estava o governo obrigado a aprovar legislação relacionada com a reorganização da aplicação do FEOGA em matéria de vários departamentos, mas não o fez e o Governo actual teve de negociar com Bruxelas um prazo derogatório, para poder continuar a receber fundos agrícolas.

O Sr. Deputado também deve saber em que estado o governo anterior deixou a aplicação do Fundo Social Europeu e as consequências que isso teve, tem e, infelizmente, ainda continuará a ter, em matéria dos interesses nacionais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado, vamos bater-nos por Timor Leste em todas as circunstâncias. Em relação a esta questão, não respondo pela posição de todos os Estados europeus, tal como o seu governo também nunca pôde responder. Muitas vezes, estava o PSD no governo, houve

governos europeus que venderam armas à Indonésia e eu nunca culpei o Governo do PSD por isso!

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Não é assim!

O Orador: — O nosso dever é batermo-nos pelos interesses do povo de Timor Leste e procurar mobilizar, em defesa desses interesses, todos quantos possam estar ao nosso lado. Quanto a dar-lhe garantias de que isso acontecerá com todos os países europeus, tenho um suficiente conhecimento da vida para saber que não estou em condições de lhas dar, mas bater-me-ei por isso, como sempre o fiz, no Governo e na oposição.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Figueiredo.

O Sr. Eurico Figueiredo (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, estamos a «chover no molhado», mas, de qualquer maneira, há algumas perguntas que tenho de fazer-lhe.

Antes de mais, quero cumprimentá-lo, pois é a primeira vez que me dirijo a si enquanto Primeiro-Ministro, desejar um bom trabalho para o seu Governo, que é o meu Governo, e felicitá-lo por esta iniciativa. De facto, algo mudou. Com a nova maioria, o Governo está presente, a debater, antes de uma cimeira, problemas que aí se vão discutir. É pena que líderes de alguns partidos da oposição, que são Deputados, não tenham compreendido esta valorização do Parlamento e, neste momento, não estejam presentes, sobretudo os que mais atacam os Deputados e a importância deste Parlamento. Sinceramente, é pena que esses líderes não estejam hoje, aqui, neste Parlamento, a debater com o Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Parlamento já tomou algumas posições fundamentais em relação às alterações possíveis, aos acrescentos ou às modificações ao Tratado de Maastricht para 1996 — e eu solidarizo-me com o fundamental que foi aprovado —, que falam na importância de salvaguardar a coesão económica e a coesão social, como sendo, ao fim e ao cabo, duas grandes motivações. Mas, voltando a este mesmo problema, gostaria de lhe colocar a seguinte questão: neste momento, penso que há centenas de milhões de europeus que pensam que existe uma incompatibilidade e que, de facto, o rigor nas políticas monetárias e o rigor orçamental põem em causa a própria coesão social.

Tenho ideia que dizer que o que, neste momento, se passa em França é um pouco o sinal ou a indicação aos europeus de que isto é uma realidade, de que isto é um facto, não faço uma grande transposição, até porque, como já foi dito, é mais fácil as pessoas sentirem o desemprego, a pobreza e a doença do que perceberem as políticas monetárias.

Ora, nestes últimos tempos, tenho pensado muitas vezes numa anedota, porque o Sr. Primeiro-Ministro falou em terapêutica, mas há terapêuticas e terapêuticas, e há uma que vem da célebre anedota do cavalo do inglês, que, eventualmente, o Sr. Primeiro-Ministro conhece. «Havia um inglês que apostou com um amigo que era capaz de habituar o cavalo a não comer; de facto, passou uma semana, passaram-se duas, passaram-se três, e quando o cavalo estava quase treinado para não comer morreu». Ora, a

história do cavalo do inglês faz-me pensar um pouco no que pode acontecer com a Europa neste momento. É que as exigências de uma política monetária podem, de facto, matar a Europa e nós, cumprindo alguns objectivos, podemos destruí-la e, por isso, «matar o cavalo do inglês».

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem! Um eurocéptico!...

O Orador: — Sou um euro-optimista! Eu não queria «matar o cavalo do inglês»!

Vamos imaginar que há milagres, e o Sr. Primeiro-Ministro, obviamente, não vai pôr em causa a existência dessa possibilidade, por isso, a pergunta que gostaria de lhe fazer a seguinte: é verdade que há prazos, há estratégias — o Sr. Primeiro-Ministro fala nelas — e o rigor orçamental é uma necessidade. Mas, quanto aos prazos, compete aos bons políticos alterá-los quando pode estar em risco a construção europeia e o fundamental que já conseguimos ao nível da integração europeia. Se se desse o milagre desses prazos serem adiados e, em vez de 1996 ou 1999, saltássemos para o ano 2000,...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Um ano só?!

Orador: — ... isto seria vantajoso ou desvantajoso para Portugal? Esta a primeira pergunta que gostaria de lhe fazer.

A segunda pergunta que gostava de lhe colocar é a seguinte: o Tratado de Maastricht prevê, no n.º 3 do artigo 109.º-K, o estatuto da derrogação, ou seja, que certos países em relação aos quais os eventuais sacrifícios das políticas sociais sejam excessivos, quanto ao rigor para se atingirem os critérios de convergência, possam recorrer a essa derrogação. Assim, se acaso Portugal, nos próximos anos, debaixo de uma grande pressão em relação ao rigor orçamental, vir as suas políticas sociais profundamente prejudicadas e com discontentamentos parecidos àqueles que, neste momento, se encontram em França, admite V. Ex.º, como alternativa política, a eventualidade da derrogação ou entende que ela prejudicaria profundamente Portugal?

Há uma pedagogia a fazer e o Sr. Ministro Daniel Bessa, ainda durante a campanha eleitoral, disse que os portugueses não percebem muito bem as exigências em relação ao rigor orçamental e aos critérios de convergência — aliás, penso que não são só os portugueses mas também os europeus. Perguntava-lhe, por isso, se há uma política pedagógica a ser feita por este Governo para que os portugueses possam perceber melhor os sacrifícios. Na expectativa deste Governo, existe a possibilidade de um referendo,...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — ...neste período até 1999, para que os portugueses possam, de facto, também, decidir o que são os custos e o que são os benefícios da convergência?

A última pergunta que queria fazer ao Sr. Primeiro-Ministro é esta: é óbvio que, neste momento, ninguém pode recusar a mundialização da economia, mas é ou não legítimo um grande espaço económico, como é o europeu, em relação à política de abertura do seu próprio espaço económico, à mundialização do mercado, fazer exigências mínimas quanto à democracia, quanto às políticas sociais e quanto às políticas ambientais, quer aos Estados Unidos e à China, quer a outros países que vêm «bater à porta» e que têm vantagens em relação à própria abertura dos mercados?

Sr. Primeiro-Ministro, sou um Deputado do seu partido, do Partido Socialista. Contará sempre com o meu apoio, mas tenho a ideia de que é importante que os Deputados do Partido Socialista também tornem vivo este debate, uma vez que o partido da oposição, o PSD, não o conseguiu.

Aplausos do PS e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Deputado Eurico de Figueiredo, não precisava desse tom final de quase desculpa, porque sempre achei que, no Parlamento, além dos grupos parlamentares, há os Deputados e no dia em que só houver grupos parlamentares não há Parlamento mas, sim, um teatro que não corresponde à democracia.

Aplausos do PS.

Quanto à política orçamental e à política monetária, uma das vantagens de uma política orçamental de redução do défice é permitir uma política monetária mais expansionista. O problema europeu é que não foi nem tem sido aproveitada a estratégia de redução dos défices públicos para permitir uma política monetária mais expansionista e nisso, do meu ponto de vista, nem sempre alguns bancos centrais europeus andaram da melhor maneira.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Muito bem!

O Orador: — Esta é que é a questão, porque uma política orçamental de contenção favorece duas coisas muito importantes, que são um bem: menos inflação e custo do crédito mais barato. E menos inflação é uma coisa muito importante para as pessoas, porque, normalmente, os que são mais prejudicados com a inflação são aqueles que menos condições têm para se defender. Por isso estas questões não são simplistas.

As coisas são mais complexas do que dizer-se assim: quem é pela moeda única, quem é pela redução do défice orçamental é contra as pessoas e os interesses dos trabalhadores e quem é contra a moeda única é a favor dos interesses das pessoas e dos trabalhadores...

O que falta à Europa, do meu ponto de vista, é a complementariedade das políticas indispensáveis para que a redução dos défices orçamentais sejam um círculo virtuoso do desenvolvimento, porque, se houver políticas deflacionistas em outras áreas, corremos o risco, sim, de ter um círculo vicioso de deflação no seio da economia europeia. Devo dizer-lhe que, em relação a isto, é muitas vezes difícil ter certezas absolutas sobre o que se vai passar.

Quanto à questão dos prazos, dir-lhe-ia que não sou um fundamentalista de prazos. Porém, devo dizer-lhe, com toda a sinceridade, que o meu receio é que, se puserem agora em causa os prazos, não haja moeda única, porque aqueles que, do meu ponto de vista, é essencial amarrar à moeda única, e que outros, porventura, acharão que é útil ter de fora, nomeadamente a Alemanha, não sei se terão paciência para esperar por ela. Esta também é uma questão politicamente importante.

Penso que a pedagogia é importante e, como sabe, em matéria de projecto de revisão constitucional, está aberta a porta para a existência de referendos no que diz respeito às questões económicas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado colocou ainda uma outra questão extremamente importante, a globalização dos mercados e a luta contra o *dumping* social e ambiental. Esta é uma questão decisiva e aí devo dizer que a Europa tem combatido do lado certo e têm sido sobretudo dos Estados Unidos que tem vindo a combate do lado errado. A Europa tem combatido no sentido de à globalização dos mercados se acrescentar uma lógica de restrição a práticas de *dumping* social e ambiental.

Todavia, infelizmente, nem sempre Portugal teve autoridade moral para invocar estas cláusulas.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Muito bem!

O Orador: — Basta recordar aqui o problema trágico, que ainda temos e que espero venha a poder ser combatido com mais eficácia, do trabalho infantil. Nem sempre Portugal teve, como disse, autoridade moral para invocar essas cláusulas, mas é evidente que elas são fundamentais para que o comércio não seja apenas um comércio livre mas também um comércio justo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, no quadro das preocupações estratégicas e estruturantes para a União Europeia subjacentes ou até expressas no próximo Conselho Europeu, seguramente que o futuro da política agrícola comum e da política comum de pescas não são questões menores. E seguramente também que, no âmbito do próximo Conselho Europeu, deverá haver espaço para tratamento de algumas questões imediatas, cuja solução é ou pode ser vital para a defesa de interesses de sectores da economia portuguesa. Estou a referir-me à frota de pesca longínqua e à questão da palmeta, que têm prazos curtos para uma decisão. É neste âmbito que quero colocar algumas questões ao Governo e a V. Ex.*.

A política agrícola comum, no quadro deste modelo de União Europeia que está a ser construído, está hoje confrontada com propostas da chamada renacionalização, que eu melhor chamaria de destruição dos mecanismos de apoio ao rendimento das agriculturas e dos agricultores, e com medidas concretas no âmbito de várias produções mediterrânicas, que constituem já uma antecipação das ideias de renacionalização, cruzadas com a antecipação da concretização das medidas do GATT, que, a prosseguirem por este caminho, são propostas que não deixam campo de manobra nem futuro para a sobrevivência da agricultura e dos agricultores portugueses.

A questão é esta, Sr. Primeiro-Ministro: este modelo de política agrícola comum, esta estratégia para o futuro que está em curso, é inseparável deste modelo de União Europeia, deste modelo conducente à União Económica e Monetária, que faz levar para a periferia países e sectores produtivos desses países. Esta parece-me ser a contradição da posição do Governo. O Sr. Primeiro-Ministro diz que não aceita a renacionalização da política agrícola comum, mas, simultaneamente, aceita um modelo de União Europeia, a construção de uma União Económica e Monetária, que, na prática, encerra esta estratégia de marginalização, de discriminação, de renacionalização das próprias políticas comuns de agricultura e de pescas.

Mas queria também focar a política comum de pescas e, em pormenor, a questão da palmeta, tendo em conta que estamos a menos de 10 dias de uma decisão quanto à questão das quotas da palmeta e que o Conselho de Pescas marcado para o dia 21 é ou pode ser decisivo nessa matéria e que tenho a convicção de que o problema não se vai resolver no Conselho de Ministros das Pescas, terá de ser resolvido por uma via de empenhamento político ao nível mais alto, antes desse Conselho.

Como sabe, tivemos ontem uma reunião com o Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas sobre essa matéria e ficámos com a sensação de que o Governo está sem grandes esperanças e, porventura, está a optar, como, aliás, o Sr. Primeiro-Ministro hoje já referiu, por uma não solução, isto é, uma solução que permita bloquear o processo e, portanto, a partir de 1 de Janeiro, «quem tiver unhas toca guitarra», isto é, quem estiver no mar nessa altura, que capture as quantidades de pescado que puder.

O Sr. Primeiro-Ministro disse que os armadores poderiam estar nessa predisposição... O Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas disse isso ontem, mas não é verdade.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Não disse isso! Disse que se estivessem....

O Orador: — Pôs a questão: se isso acontecer!...

Mas, então, Sr. Primeiro-Ministro, digo-lhe que, hoje mesmo, a Associação dos Armadores publicou um comunicado em que afirma que, se isso acontecer, traduzir-se-á numa guerra entre os vários navios e os vários países, que não augura nada de bom nem para os interesses portugueses nem para os interesses das negociações com o Canadá.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Sr. Deputado Lino de Carvalho, peço-lhe que abrevie as suas considerações, porque já terminou o seu tempo.

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro, esse não é, seguramente, o caminho. O caminho terá de ser outro, ou seja, mais firmeza e maior determinação política na negociação.

A questão concreta que lhe coloco é a seguinte: esta subquestão só poderá ser resolvida se o Governo encetar, desde já, aproveitando o Conselho Europeu, negociações com a Alemanha e com outros países, de modo a alterar a chave da repartição das quotas da palmeta, por forma a permitir isolar a Espanha ou, então, com políticas que levem a que o Conselho de Ministros declare a suspensão do esforço de pesca da palmeta na NAFO até que a questão da repartição das quotas esteja resolvida numa base minimamente justa para os interesses portugueses. Esta questão é imediata, concreta, particular, mas é uma questão muito importante para o futuro e para a viabilização no imediato da nossa frota de pesca longínqua, neste caso concreto em relação à palmeta, para a qual gostaríamos de ter uma resposta concreta do Sr. Primeiro-Ministro.

Para terminar, temos sido confrontados, nos últimos tempos — e a questão não é de pessoas, é de interesses e de políticas —, com posturas da Comissão, em particular da Comissária Emma Bonino, que, sistematicamente, prejudicam os interesses nacionais e são favoráveis aos de Espanha. Foi assim com as conservas e, agora, com a palmeta. Considera ou não o Governo que é altura de questionar o comportamento da Comissão, que permanentemente, neste caso concreto, discrimina os interesses de Portugal, ou seja, dos países mais pequenos?

Termino da mesma forma que comecei, perguntando que perspectivas oferecem o Sr. Primeiro-Ministro e o Governo aos agricultores e pescadores portugueses quando a situação da política agrícola comum e da política comum de pescas é no sentido da liquidação do nosso tecido produtivo, num e noutro caso.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, vamos ver se nos entendemos: a União Económica e Monetária nada tem a ver com a política agrícola comum. O que coloca um problema à política agrícola comum é a perspectiva do alargamento, dada a situação desastrosa das agriculturas dos países do Leste Europeu, que, ao fim de décadas de desenvolvimento de um certo tipo, estão numa situação trágica, exigindo financiamentos tais que poderiam pôr em causa a situação das agriculturas dos países da Europa Ocidental. Mas dessa matéria o Sr. Deputado Lino de Carvalho saberá mais do que eu, pelo que vamos ao que interessa.

Não nos manifestámos favoráveis a alguns aspectos da última reforma da PAC e vamos bater-nos, no quadro do alargamento (e felizmente que, na própria Comissão, os textos começam a evoluir no bom sentido), para que este não se traduza na renacionalização da política agrícola comum nesta perspectiva: «cada um trata de si e paga a conta». Agora, não se pode, simultaneamente, ser pela renacionalização das políticas e querer que sejam os outros a pagar. Isso é que não é possível!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Somos pela não renacionalização da política agrícola comum precisamente porque entendemos que, se o critério for «cada um paga a sua», os alemães, os franceses, os espanhóis estarão em muito melhores condições de proteger as agriculturas respectivas do que nós e, apesar de tudo, é preferível ter esta PAC a não ter PAC nenhuma, por causa dos meios e dos recursos à nossa disposição num quadro de globalização dos mercados.

Devo dizer-lhe que, em matéria de palmeta, não estamos distraídos nem parados. Eu próprio, como sabe e foi anunciado, vou escrever ao Presidente da Comissão e, juntamente com o Sr. Ministro da Agricultura, lutaremos pela defesa dos nossos interesses e das nossas posições. Porém, há neste domínio um problema que não podemos resolver, que é a situação de fraqueza relativa da frota portuguesa, porque se esta estivesse em condições de, ela própria, assegurar igualdade no confronto com a frota espanhola, o problema resolia-se facilmente.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — De quem é a responsabilidade?

O Orador: — Não é minha, Sr. Deputado!

Tal não aconteceu, razão pela qual é necessário continuarmos a bater-nos por um bom compromisso pois, como não estamos satisfeitos com o actual, queremos um melhor. Mais, estamos a lutar para abrir outras frentes de pesca para a nossa frota longínqua e, nomeadamente, já teve êxito a abertura da possibilidade de, na África do Sul, se recolocar a perspectiva que provinha do acordo bilateral antigo.

Não estamos distraídos mas a lutar no sentido de abrir o máximo de oportunidades possíveis à nossa frota de pesca. E, entendamo-nos: em matéria de posições do Governo português face à Comissão, parece que, pelos vistos, o que tem havido é firmeza demais... Acho que tem havido e continuará a haver a firmeza suficiente, mas também lhe digo com sinceridade: não será seguramente a presidência espanhola o melhor aliado para resolver esse problema.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Assinalo à Câmara que o Partido Socialista cedeu três minutos ao Governo.

Para pedir esclarecimentos, num minuto cedido pelo Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis. É de assinalar a generosidade do Partido Socialista relativamente aos outros partidos.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS-PP): — Muito obrigado ao Partido Socialista pela sua generosidade e prometo que, noutras circunstâncias, retribuiremos.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Estamos certos disso!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, ouvi com muito agrado e sem dúvidas dizer que o preocupa profundamente o problema do desemprego e da política do emprego conduzida na Europa. Conhecendo-o como o coñéco, estranharia o contrário.

Também ouvi dizer, com a minha concordância e aplauso, que estes problemas não são simples. Trata-se de realidades complexas e não basta dizer que se quer ou não a moeda única ou que isto se realiza num tempo ou outro. Não basta, mesmo rigorosamente, dizer que, para o desenvolvimento, é preciso uma política de rigor, porque penso que temos andado todos enredados nesta palavra — rigor —, falando cada um de sua coisa.

Dou-lhe um exemplo: penso que o pior que pode haver numa realidade complexa é sacrificar um dos seus factores. E, nesta Europa, que nós condenamos, clara e abertamente, não por questões de isolamento mas porque não podemos concordar que, no continente, pelo menos, intelectualmente mais rico, haja quem morra de fome todos os dias — são essas e não outras as nossas razões, que se prendem também com o desemprego —, acreditamos que o rigor só se entende no sentido de atingir com precisão e exigência objectivos pré-determinados, que, por sua natureza, são complexos.

Temos andado a correr atrás de algo que nunca passou de uma precisão de rigor orçamental nem teve alguma vez asas ou ambição para atingir os grandes objectivos sociais que a Europa, antes de qualquer outro, tem de prosseguir. Foi por isso, e só por isso, que o meu colega de bancada Paulo Portas disse que entendemos que há outras Europas, há Europas que mobilizam, há Europas que destroem; esta, e dizêmo-lo pela prática concreta em todos os países, nos ricos e nos pobres, olhando para o que se passa hoje na França, é uma Europa que destrói os seus próprios valores.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Sr. Deputado, peço o favor de abreviar as suas considerações porque, mesmo com a cedência do PS, já esgotou o tempo de que dispunha.

O Orador: — Vou abreviar, Sr. Presidente, e procuro não ser mais abusador do que alguns têm sido nesta Assembleia.

Sr. Primeiro-Ministro, pressenti em si alguma inquietação e que duvida, como eu duvido, dos impactos sociais de todos estes objectivos que nos autofixámos, quando poderíamos ter fixado outros, como acabou ainda agora de dizer.

Pergunto: está o Primeiro-Ministro de Portugal, em Madrid, disposto a ser o primeiro Chefe de Governo da Europa a dizer que é preciso fixar objectivos complexos que, sendo económicos, são sociais e que, sendo sociais, são solidários, pois só assim a Europa pode ser algo por que valha a pena batermo-nos? Quero saber se o Primeiro-Ministro do meu País vai fazê-lo porque, se assim for, tenho a certeza de que Portugal contribuirá para que se mude de PAC, para que a Europa siga outro rumo e continue a ser uma luz na civilização mundial, aquilo que hoje, claramente, não é.

Finalmente, Sr. Presidente, se me dá licença, apenas quero tranquilizar o Sr. Deputado Carlos Encarnação acerca do meu colega Paulo Portas. Nesta bancada, prezamos o humor e, só por essa razão, ele anteviu a vossa votação. Em rigor, deveria dizer que o PSD ia ler, analisar, concordar e votar contra o orçamento, porque lhe cabe o papel de ser oposição, mesmo quando o não é.

Risos do PS e do CDS-PP.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Somos oposição obstinada!

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Abecasis, permita-me que não responda à última parte do seu pedido de esclarecimento, que, pelos vistos, me não era dedicada. Contudo, devo dizer-lhe que, curiosamente, partindo embora de pressupostos diferentes, estou inteiramente de acordo com as suas conclusões.

Mais, é necessário dizer que a realidade europeia é mais complexa também do que, às vezes, se procura fazer sentir. Disse que no continente intelectualmente mais rico se morre de fome, o que é verdade, mas é, apesar de tudo, o continente, se falarmos de União Europeia, em que isso menos acontece. Há regiões do mundo que, materialmente, até são até mais ricas do que a Europa e onde mais gente morre de fome.

Houve, apesar de tudo, um modelo europeu de desenvolvimento social, a que o pensamento social-democrata e socialista democrático da Europa deu um contributo decisivo ao longo de décadas, que permite que a Europa tenha, hoje, uma situação social comparativamente melhor do que a de qualquer outro continente. Ora, um dos problemas que a Europa hoje encontra é o de conciliar a competitividade, no quadro da globalização dos mercados, com a manutenção desse estado de bem-estar, que tem, naturalmente, os seus custos. Trata-se de um problema complexo para o qual a resposta também não pode ser simplista, mas complexa no sentido de que não podemos optar pela destruição desse estado de bem-estar mas pela sua reforma e melhoria.

Não sacralizo o que quer que seja, nem o Governo o fará, antes saberá estar atento aos sinais dos tempos nessas matérias e agir de acordo com aquilo que, em nossa convicção, será, em cada momento, o melhor para o interesse nacional. Agora, sinceramente, achamos que as escolhas, como muito bem foi dito pelo Sr. Deputado, não são simplistas e que, por vezes, o não aceitar uma solução que tem inconvenientes pode empurrar-nos para outra

em que os inconvenientes sejam ainda maiores e em que, ainda por cima, se percam as vantagens da primeira. É isso que não gostaríamos que acontecesse a Portugal, é contra isso que lutaremos.

Não tenho dúvidas da honestidade e da sinceridade com que colocou os seus pressupostos e não deixa de ser curioso que, com pressupostos diferentes, tenhamos, afinal, a mesma preocupação. Esperemos que ela triunfe, quaisquer que sejam os pressupostos que venham a verificar-se mais válidos.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Medeiros Ferreira.

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Uma primeira saudação muito especial para o Sr. Presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, meu adversário nas últimas eleições pelo círculo eleitoral dos Açores. É com muito gosto que o vejo presidir a esta Assembleia e desejo-lhe uma boa estadia nela.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Muito obrigado, Sr. Deputado. Podia sublinhar que, além de adversários, somos velhos amigos.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostava também de dizer que este debate me pareceu extremamente importante e creio que o Sr. Primeiro-Ministro parte para Madrid com um retrato da opinião pública representada nesta Câmara, que, de certa maneira, sintetizou no ínficio da sua intervenção, ao falar de um mal-estar europeu, o qual não data de hoje nem da tomada de posse do Governo da nova maioria; é um mal-estar que, embora não oficializado, se notava, pelo menos, desde 1992 e falo, agora, estritamente quanto a Portugal.

A maneira como o PSD, enquanto governo, conduziu o processo de integração europeia levou a uma nítida separação entre a opinião pública portuguesa e os decisores políticos sobre a matéria em causa. Aliás, o Chefé deste Governo irá a uma cimeira presidida por um primeiro-ministro que teve a coragem de, há cerca de seis, sete anos, resumir um pouco as características negativas de um certo tipo de construção europeia na seguinte frase: «A Comunidade Europeia (...)» — como, então, se chamava — «(...) caracteriza-se infelizmente, em parte, por ser uma comunidade onde os técnicos são quem faz a política e que obriga os políticos a tratar de assuntos técnicos». É isto que desejo que não volte a acontecer, sobretudo nos conselhos europeus. Desejo que as reuniões do Conselho Europeu sejam o anfiteatro, o local onde os problemas da construção europeia atingem a sua maior expressão política.

O Governo presidido pelo Primeiro-Ministro António Guerreiro, o Governo da nova maioria, principiou por romper, quanto a mim, muito felizmente — e utilizei mesmo a expressão «romper» —, com a fase de apatia da apresentação portuguesa na Comunidade Europeia que tinha sido característica do anterior governo. Rompeu com a apatia, desde logo, quando o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e, depois, o Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação criticaram, por forma que me pareceu muito oportuna, uma certa «desembraiagem» da Comissão em relação ao Conselho de Ministros.

Ora, há, de facto, um problema que, nestas primeiras semanas de vigência do primeiro Governo a que V. Ex.^a pre-

side, merece alguma atenção e que, penso, poderia levar para a Cimeira de Madrid. Todos sabemos que compete à Comissão a iniciativa legislativa e também a elaboração de propostas de negociação, mas tem de se fazer ver de alguma maneira que certos comissários estão a exagerar no à-vontade com que interpretam o seu estatuto de defensores do interesse comum da Comunidade, prejudicando, às vezes sistematicamente, um país em particular. Creio que este assunto deve ser suscitado numa das próximas cimeiras, talvez mesmo na Cimeira de Madrid.

Gostaria de realçar igualmente que esta próxima cimeira, como outras, foi antecedida de uma carta comum do Chefe de Governo alemão e do Chefe do Estado francês na qual se fixa, de certa maneira, a agenda política e em que são avançados cinco pontos. Um destes, que me parece particularmente pertinente para Portugal, é o do estabelecimento de critérios para a manutenção dos fundos após 1999, matéria que creio ser relevantíssima para o nosso país.

Assim, e visto que esta minha intervenção mudou de natureza várias vezes conforme as regras implícitas deste debate, pergunto ao Sr. Primeiro-Ministro se não poderá fazer-se algo para que não haja uma única carta prévia de apenas dois países, endereçada aos participantes nas reuniões cimeiras. É que creio ser um mau precedente haver só uma carta; ou há muitas ou não deveria haver nenhuma! Tomo esta posição na interpretação do que considero ser uma das maiores vantagens da Comunidade Europeia, que foi a de fugir ao sistema de alianças e subalianças no interior do continente.

A Cimeira de Madrid irá tratar de um tema que, aparentemente, nos é bastante favorável, o do estabelecimento de um acordo de cooperação e comércio entre a Comunidade Europeia e o Mercosul. Tal como aqui já foi dito, penso que tal acordo favorecerá muito as nossas relações com os países daquela região, particularmente com o Brasil. É um acordo em que tende a ser esbatido um certo ostracismo comercial que foi imposto à América Latina após a II Guerra Mundial. Para além disso, também seria conveniente que se acentuasse que esta nova fase das relações entre a Comunidade Europeia e o Mercosul não irá afectar a Convenção de Lomé, que terão de ser reforçadas as relações entre a Comunidade e os países ACP, as quais, como o Sr. Primeiro-Ministro bem sabe, foram atenuadas pela Comunidade nos últimos anos — para não dizer completamente subalternizadas.

Por último, e tendo em conta que nesta Cimeira de Madrid também irá preparar-se a agenda da CIG/96 (Conferência Intergovernamental de 1996), tal como o Sr. Primeiro-Ministro já aqui disse de forma extremamente clara, é óbvio que temos de enveredar pelo caminho da consagração de uma política comum de emprego, em termos europeus. Esta é uma preocupação do movimento sindical europeu que me parece oportuna, justa, adequada e preventiva em relação às possíveis aporias do percurso financeiro e monetário da integração europeia. Mas, para além da consagração, na próxima revisão do Tratado da União Europeia, de uma política comum de emprego, eu próprio, como Deputado eleito pela Região Autónoma dos Açores, também gostaria de ver consagrado o princípio da ultraperiféricidade, que, tal como a política comum de emprego, apenas está consagrado nos protocolos anexos ao Tratado de Maastricht.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Medeiros Ferreira, ao contrário do que mereceria, serei telegráfico na minha resposta porque não tenho tempo para mais.

Em primeiro lugar, a carta do Chanceler Kohl e do Presidente Chirac não marca a agenda da Cimeira. Porventura, é até uma carta muito mais recuada e neutra do que muitos poderiam ter suposto antes de ter sido enviada e, além disso, não é o único documento prévio à Cimeira. Na verdade, os primeiros-ministros do Benelux reuniram-se e emitiram uma posição comum, havendo também uma carta anglo-francesa e, finalmente, uma carta do Presidente da Comissão, Jacques Santer. Portanto, não pode dizer-se que a Cimeira esteja condicionada de forma marcante pelas posições franco-alemãs.

Estou inteiramente de acordo com o que o Sr. Deputado disse sobre a Convenção de Lomé. Aliás, por isso mesmo, na minha intervenção, referi a necessidade de reafirmar o carácter pioneiro do Diálogo Norte-Sul. O Mercosul e as suas relações com a União Europeia em nada o invalidam, embora seja o momento de dizer que nem tudo serão rosas nas relações com o Mercosul e haverá concorrência acrescida em certos domínios pelo facto de haver comércio livre com os países que o integram — é bom termos consciência disso.

Manifesto igual concordância relativamente à inclusão na agenda da CIG, seja ou não esta fixada em Madrid, o que ainda não está decidido, quer da questão do emprego quer da ultraperiféricidade, permitindo que sejam contempladas no texto do Tratado e não apenas em documentos anexos, matéria que, estou certo, é também do agrado do Sr. Presidente da Assembleia da República em exercício, a quem aproveito para saudar neste momento.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Com certeza que é muito do meu agrado, Sr. Primeiro-Ministro!

Srs. Deputados, de acordo com as regras estabelecidas para este debate, o encerramento consta de uma intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, para a qual dispõe de 10 minutos.

Assim, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro para encerrar o debate.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, não vou utilizar os 10 minutos, nem sequer farei uma intervenção de encerramento. É que este debate valeu por si, valeu pela pluralidade das posições que aqui exprimiram o interesse nacional.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não tenho a veleidade de que a minha seja a única leitura do interesse nacional nem tenho a veleidade de ter sempre razão.

Aplausos do PS.

Estou sinceramente convencido daquilo por que me bato, mas penso que a riqueza e a diversidade das posições expressas neste Parlamento também são úteis no quadro da afirmação externa de Portugal, desde que entre nós exista, na expressão dessa pluralidade de opiniões, a clareza e a lealdade que imperaram neste debate.

Por isso, Srs. Deputados, apenas quero testemunhar-vos a minha firme intenção de ter em conta tudo quanto aqui ouvi, no sentido de poder exprimir, da melhor maneira possível, os interesses de Portugal na Cimeira de Madrid, em todos os momentos em que o Governo português seja

chamado a intervir na construção europeia, porque é europeísta, e na defesa dos interesses de Portugal, porque é português, e também na defesa dos interesses do povo irmão de Timor Leste, aqui citado, que nunca poderá ser esquecido por nós, em Madrid como em qualquer outro ponto onde o Governo português esteja presente.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, decreto compreenderão que, com a imparcialidade a que me obriga o facto de ocupar esta cadeira presidencial, felicite o Sr. Primeiro-Ministro pela iniciativa de ter trazido à consideração da Assembleia da República, na vésperas da realização do Conselho Europeu de Madrid, temas de tanta actualidade.

O Sr. Primeiro-Ministro ouviu aqui a expressão das opiniões dos vários partidos representativos do povo português, eleitos bem recentemente, e leva para Madrid — decreto posso dizê-lo em nome de todos os Srs. Deputados — os nossos melhores votos de felicidades.

Srs. Deputados, a próxima reunião plenária terá lugar amanhã, pelas 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos: período de antes da ordem do dia, com declarações políticas e eventual tratamento de assuntos de interesse político relevante, seguido do período da ordem, de que constará a discussão conjunta e posterior votação dos projectos de lei n.º 11/VII — Aprova medidas de salvaguarda da liberdade de imprensa (PCP) e 14/VII — Revoga a Lei n.º 15/95, de 25 de Maio, eliminando limitações à liberdade de imprensa (PS); à hora regimental, haverá votações.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

Eram 19 horas.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

António José Borrani Crisóstomo Teixeira.

Partido Social Democrata (PSD):

António Fernando da Cruz Oliveira.

Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.

Gilberto Parca Madail.

João do Lago de Vasconcelos Mota.

Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha.

José Macário Custódio Correia.

Luís Carlos David Nobre.

Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes.

Pedro Augusto Cunha Pinto.

Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.

Partido Comunista Português (PCP):

Ruben Luís Tristão Carvalho e Silva.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Francisco José Pereira de Assis Miranda.

Manuel Alberto Barbosa de Oliveira.

Manuel Alegre de Melo Duarte.

Rui Manuel dos Santos Namorado.

Sergio Humberto Rocha de Ávila.

Partido Social Democrata (PSD):

Manuel Castro de Almeida.

Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.

Vasco Valente Correia Guedes.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

António Afonso de Pinto Galvão Lucas.

Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto.

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odete dos Santos.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.

DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

1 — Preço de página para venda avulso, 7\$50+IVA.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 252\$00 (IVA INCLUÍDO 5%)